

PPGY

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO



MONALISA MARIA LAURO

**A PSICOLOGIA EMPÍRICA E SUA RELAÇÃO COM A FILOSOFIA
EM JOHANN NICOLAS TETENS**

Juiz de Fora
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO



MONALISA MARIA LAURO

**A PSICOLOGIA EMPÍRICA E SUA RELAÇÃO COM A FILOSOFIA
EM JOHANN NICOLAS TETENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia por Monalisa Maria Lauro.
Orientador: Prof. Dr. Saulo de Freitas Araujo.

Juiz de Fora
2014

Lauro, Monalisa Maria.

A psicologia empírica e sua relação com a filosofia em
Johann Nicolas Tetens / Monalisa Maria Lauro. -- 2014.

80 f.

Orientador: Saulo de Freitas Araujo

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, 2014.

1. Psicologia empírica no século XVIII. 2. Johann Nicolas
Tetens, 1736-1807. 3. História e Filosofia da Psicologia. I.
Araujo, Saulo de Freitas, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Saulo de Freitas Araujo, pela confiança e inestimável ajuda na pesquisa e aquisição da bibliografia.

Aos colegas da linha de pesquisa, Cíntia Marcellos, Diego Leite e Thiago Pereira, pela colaboração, conversas e incentivo.

À minha família, pelo carinho e apoio.

À CAPES, pelo suporte financeiro.

RESUMO

Apesar do século XVIII ser pouco enfatizado na historiografia da psicologia, é possível observar uma riqueza de material psicológico junto à lógica, à metafísica, à filosofia moral, à estética, etc., especialmente no Iluminismo alemão. Neste século, focamos o estudo empírico da alma que Johann Nicolas Tetens discutiu nos *Ensaio Filosóficos Sobre a Natureza Humana e seu Desenvolvimento* (*Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung*) publicado em 1777. Nosso objetivo principal é analisar a concepção de psicologia empírica, bem como sua relação com a filosofia, nesta obra. Esta questão é particularmente relevante quando constatamos que há interpretações distintas, até mesmo divergentes, sobre este tema na literatura secundária. Em nossa análise, verificamos que, em continuidade com as discussões de 1760 e 1775, nos *Ensaio Filosóficos*, a psicologia empírica é compreendida como um conhecimento histórico-filosófico que tem um papel preliminar e fundamental na determinação da legitimidade da metafísica, e que a primazia do método introspectivo não significa uma recusa irrestrita da análise racional.

Palavras-chave: Johann Nicolas Tetens; psicologia empírica; história e filosofia da psicologia.

ABSTRACT

Although the eighteenth century is little emphasised in the historiography of psychology, it is possible to observe a richness of psychological material within logic, metaphysics, moral philosophy, physiology, aesthetics, and so forth, especially in the German Enlightenment. In this century, we focus on the empirical study of the soul that Johann Nicholas Tetens discussed in his *Philosophical Essays about Human Nature and its Development* (*Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung*), published in 1777. Our main objective is to analyse the conception of empirical psychology, as well as its relation to philosophy, in this work. This question is particularly relevant as it allows us to verify that there are different and even diverging interpretations about this subject in the secondary literature. In our analysis, we verify that, in continuity with the discussions of 1760 and 1775, in the *Philosophical Essays*, empirical psychology is understood as historical-philosophical knowledge that has a preliminary fundamental role in the determination of the legitimacy of metaphysics, and that the primacy of the introspective method does not mean an unconditional refusal of rational analysis.

Keywords: Johann Nicolas Tetens; empirical psychology; history and philosophy of psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: A PSICOLOGIA EMPÍRICA NO PERÍODO ANTERIOR AOS ENSAIOS FILOSÓFICOS: UMA ANÁLISE DOS ESCRITOS DE 1760 E 1775	16
1.1 A <i>Erfahrungsseelenlehre</i> e a Reestruturação da Metafísica.....	17
1.2 A <i>Erfahrungsseelenlehre</i> Como Conhecimento Preliminar à Ontologia.....	23
CAPÍTULO 2: A PSICOLOGIA EMPÍRICA NOS ENSAIOS FILOSÓFICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU OBJETO E MÉTODO	31
2.1 Delimitação e Caracterização da <i>Erfahrungsseelenlehre</i>	32
2.2 O Princípio Fundamental da Alma e as Suas Faculdades.....	38
2.3 O Método Introspectivo (<i>Selbstgefühl</i>).....	46
CAPÍTULO 3: A FUNÇÃO DA PSICOLOGIA EMPÍRICA NOS ENSAIOS FILOSÓFICOS	52
3.1 A Necessidade Subjetiva dos Conceitos e Princípios da Razão.....	52
3.2 O “Eu Psicológico” e a Unidade Substancial da Alma.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

Ainda que a historiografia específica do século XVIII afirme a consistência e a magnitude do conhecimento psicológico no período iluminista, tendo em vista o lugar central que a psicologia ocupa na cultura intelectual e a profusão do material psicológico junto à lógica, à metafísica, à filosofia moral, à fisiologia, à estética, etc. (p.ex., Bell, 2005; Cassirer, 1932/1997; Fox, 1987; Gay, 1966/1995; Jahnke, 1990, 2009; Rousseau & Porter, 1980; Vidal, 2000a, 2000b, 2005, 2006), este século ainda é desconhecido ou compreendido de modo superficial em uma parte significativa da historiografia da psicologia (p.ex., Brett, 1921/1953; Boring, 1950, 1953; Danziger, 1980; Goodwin, 2005; Herrnstein & Boring, 1965/1971; Hilgard, 1980; Herrnstein & Boring, 1965/1971; Hothersall, 2006; Pillsbury, 1929; Robinson, 1976; Schultz & Schultz, 1981/2005; Villa, 1903).

Quando analisada mais de perto, esta situação não só revela um paradoxo, como afirma Vidal (2000b), mas, principalmente, evidencia o nível superficial e limitado das discussões sobre a gênese e o desenvolvimento do conhecimento científico na historiografia da psicologia – como observam corretamente Araujo (2010, 2011, 2012); Gundlach (2006), Hatfield (2002/2012) e Sturm (2006, 2009). Tradicionalmente, reitera-se a asserção de que o surgimento da psicologia como campo de investigação científico e autônomo ocorreu somente no final do século XIX e, por conseguinte, interpreta-se o conhecimento psicológico anterior a este período como parte de seu longo passado filosófico – sugerindo com isto sua pré-história ou história pré-científica (p.ex., Boring, 1950, 1953; Goodwin, 2005; Hothersall, 2006; Klein, 1970; Leahey, 1980/1992; Schultz & Schultz, 1981/2005) –, sem, contudo, se atentar para a falta de clareza com que o termo ‘psicologia’ é empregado nesta delimitação e ponderar sobre a problemática concernente ao estabelecimento de critérios de cientificidade.

Em certa medida, concordamos com a análise de Gundlach (2004, 2006), segundo a qual a confusão conceitual no uso do termo ‘psicologia’ é um problema central na tese tradicional sobre a gênese e o desenvolvimento deste campo. Esta confusão, o autor esclarece, é decorrente da não diferenciação entre psicologia como ciência (*scientia*, *Wissenschaft*) ou campo de conhecimento teórico e/ou empírico dos fenômenos psíquicos, e psicologia como disciplina (*discipline*, *Disziplin*) ou matéria lecionada na universidade e obrigatória para a

formação profissional, caracterizada pela relação mestre-discípulo, transmissão de saber por especialistas socialmente reconhecidos e realização de treinamento.

Desfeita esta confusão, deve ficar claro que os limites entre ciência e disciplina não coincidem necessariamente, e que tomar como referência os limites atuais pode ser prejudicial ao estudo histórico. Apesar de atualmente estar vinculada parcialmente à disciplina acadêmica que surge no século XIX, a ciência psicológica é bem mais antiga e encontra-se em continuidade teórico-conceitual e empírica com desdobramentos anteriores, carecendo de sentido, portanto, os termos pré-história ou história pré-científica, quando são empregados – como é, a nosso ver, o caso da tese tradicional – para se referir à ruptura radical com todo período anterior e ao marco inaugural da ciência psicológica, que teria ocorrido no final do século XIX.

Além deste frequente deslize conceitual em relação ao termo ‘psicologia’, acreditamos que há também uma fragilidade teórico-conceitual no que diz respeito à concepção de ciência e, conseqüentemente, um uso de critérios impróprios na legitimação da tese tradicional. Mesmo reconhecendo que, já no século XVIII, há propostas de psicologia empírica, afirmadas em conformidade com a ciência da natureza e centradas na observação dos fenômenos psíquicos, os defensores da visão tradicional mantêm que esta psicologia não é um empreendimento científico genuíno, alegando que não é um campo de investigação realmente capaz de fazer uso de experimentos e mensurações, de propor leis psíquicas (p.ex., Klein, 1970; Ramul, 1960) e de desenvolver um vocabulário próprio (p.ex., Richards, 1992); ou então que não é o método em si, mas antes a maneira como e por quem é usado – o que implica o estabelecimento, em 1879, do Laboratório de Psicologia na Universidade de Leipzig (p.ex., Ash, 1980) ou a legitimação social de um grupo de especialistas (p.ex., Danziger, 1979) – que constitui um novo e decisivo passo na origem da psicologia científica.

Para termos uma ideia mais precisa do problema inerente a estes argumentos, basta lembramos que os critérios teórico-conceituais e metodológicos relativos à concepção do que vem a ser propriamente ciência e, por conseguinte, à demarcação entre o que se enquadra ou não nesta categoria estão longe de ser um ponto pacífico entre filósofos e historiadores da ciência. Sem pretender detalhar estas discussões, pois extrapolam os limites deste trabalho, limitamo-nos a ressaltar o que talvez seja uma de suas principais implicações, a saber: o reconhecimento de que a atividade científica é significativamente complexa e de que critérios puramente lógico-formais e atemporais parecem não ser suficientes na determinação de sua natureza (Bunge, 1984; Kuhn, 1977/1989; Lakatos, 1978/1989; Merton, 1970/1990; Sarton, 1916/1948). Insistir nesta afirmação, contudo, não é necessariamente adotar uma abordagem

puramente historicista da atividade científica, que busca reduzir toda a acuidade da análise lógica da ciência aos seus determinantes contextuais – como, p.ex., fatores culturais, econômicos, políticos, etc. –, mas sim apropriar-se das fragilidades inerentes às análises exclusivamente lógico-conceitual ou histórico-contextual da ciência, e reconhecer a necessidade de se estabelecer uma aproximação entre elas – como sugerem Hanson (1962), Kragh (1987) e Lakatos (1978/1989).

No entanto, ao reiterar frequentemente a tese tradicional de que, antes do final do século XIX, o conhecimento psicológico não é um empreendimento genuinamente científico, na medida em que não realiza experimentos e mensurações de processos psíquicos, grande parte da historiografia da psicologia perpetua, quase sempre sem perceber, a imposição de um critério de cientificidade fixo e atual ao conhecimento psicológico do passado, incorrendo em anacronismos e distorções, como podemos observar, p.ex., na conclusão de Ramul (1960), segundo a qual os projetos de mensuração psicológica oitocentistas são ingênuos e imaturos na aplicação da mensuração, quando comparados aos projetos atuais. Da mesma forma, junto à afirmação de que a delimitação científica da psicologia decorre de sua legitimação social, observamos o uso de um critério puramente institucional, sem se atentar à sua concepção parcial de ciência – compreendida apenas em seu aspecto sociológico – ou ao seu caráter convencional – como é o caso da fundação do laboratório.

Além disso, é preciso esclarecer que a afirmação de que há algo novo e decisivo na psicologia do século XIX não pode ser mantida sem uma análise prévia e pormenorizada das investigações psicológicas anteriores – sobretudo dos períodos em que os critérios considerados fundamentais (mensuração, experimentação, formulação de leis, linguagem psicológica) fazem-se presentes –, pois, tendo em vista a complexidade concernente à questão de quando e por que uma concepção psicológica é científica, sua discussão rigorosa requer uma avaliação das diversas ocorrências em que a investigação psicológica foi considerada como pertencente à ciência, analisando sua coerência e adequação aos critérios de cientificidade, apreendidos nos próprios termos de cada época, como precisamente observa Sturm (2006). Em outras palavras, só depois de conhecer as diferentes propostas de investigação psicológica científica em suas especificidades contextuais, teremos subsídios para avaliar em que medida estas diversas propostas efetivamente assemelham-se, distanciam-se ou inovam, bem como para definir mais precisamente que alterações foram mais expressivas ou de maior alcance na constituição da psicologia como ciência.

Com o que foi exposto, pudemos fundamentar nossa afirmação inicial de que a compreensão da gênese e do desenvolvimento da psicologia científica ainda é bastante

superficial na historiografia da psicologia, pois precisamente grande parte desta historiografia nem sequer discute os períodos anteriores ao século XIX, ou, quando o faz, apresenta apreensões parciais ou equivocadas.

É exatamente neste contexto de aprimoramento da historiografia da psicologia que os projetos de investigação empírica da alma, que ganharam expressividade a partir de 1750 – como, p.ex., *Essai de Psychologie* (1755), de C. Bonnet (1720-1793); *Versuch einer Experimental-Seelenlehre* (1756), de J. G. Krüger (1715-1759); *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung* (1777), de J. N. Tetens (1736/1738-1807), amplamente esquecidos na historiografia da psicologia ou compreendidos unicamente como filosóficos –, configuram-se como dignos de escrutínio histórico, uma vez que se dedicam a problemas psicológicos – sensação, percepção, memória, atenção, etc. – e efetuam observações, experimentos e mensurações, conforme seus próprios padrões científicos.

No presente trabalho, nosso interesse está voltado para os estudos empíricos e reflexões sobre a natureza humana desenvolvidos por Johann Nicolas Tetens, que se tornou uma notável referência em torno da qual a ideia de psicologia empírica estava associada durante o segundo momento do Iluminismo alemão – *Hochaufklärung* (1750-1780). Nascido em Tetenbüll, em 1736 (fala-se também que ele teria nascido em Tönning, em 1738) – localizada no estado de Schleswig-Holstein, região mais setentrional da atual Alemanha –, Tetens teve sua formação nas Universidades de Rostock e Copenhague entre os anos de 1755 e 1758. Logo que lhe foi concedido o grau de *magister*, começou a lecionar física e metafísica na Universidade de Rostock e, posteriormente, na recém-fundada Academia de Bützow, onde foi nomeado, em 1763, *Professor* em física. A partir de 1776, Tetens tornou-se *Professor* em filosofia e depois em matemática na Universidade de Kiel, onde permaneceu até 1789, quando abandonou a posição acadêmica em favor da carreira de servidor público em finanças no Ministério da Dinamarca, dedicando o resto de sua vida ao desenvolvimento socioeconômico deste estado (Dessoir, 1892; Klemme & Kuehn, 2010; Müller-Brettel & Dickson, 1990; Uebele, 1911; Zöllner, 1998).

O interesse por questões acadêmicas e por empreendimentos práticos também acompanhou Tetens em sua intensa produção. Ao longo de toda a sua trajetória profissional, ele publicou mais de 65 obras, entre livros, ensaios e artigos, sobre os mais variados temas nas áreas de física, matemática, economia, finanças, filosofia teológica, filosofia da linguagem, metafísica, ética, psicologia, pedagogia, medicina, geografia, etc. (Watkins & Kuehn, 2009).

No campo filosófico e psicológico, merecem particular menção os seguintes escritos: *Gedanken über einige Ursachen, warum in der Metaphysik nur wenige ausgemachte Wahrheiten sind* (*Pensamentos Sobre Algumas Causas, Por Que na Metafísica Há Apenas Algumas Verdades Evidentes*) de 1760; *Abhandlungen von den Beweisen des Daseins Gottes* (*Tratados Sobre as Provas da Existência de Deus*) de 1761; *Über den Ursprung der Sprache und der Schrift* (*Sobre a Origem da Linguagem e da Escrita*) de 1772; *Über die allgemeine speculativische Philosophie* (*Sobre a Filosofia Especulativa em Geral*) de 1775; *Philosophische Versuchen über die menschliche Natur und ihre Entwicklung* (*Ensaaios Filosóficos Sobre a Natureza Humana e Seu Desenvolvimento*) de 1777; *Über die Realität unsers Begriffs von der Gottheit* (*Sobre a Realidade de Nosso Conceito de Divindade*) de 1783; *Beytrag zur Geschichte der Toleranz in protestantischen Ländern* (*Contribuição à História da Tolerância em Países Protestantes*) de 1786.

Estes trabalhos oficialmente publicados são fundamentais para a tentativa de situar historicamente o pensamento de Tetens, no intuito de compreender sua ligação com a tradição filosófica anterior, destacar os acordos e as divergências em relação aos seus contemporâneos e delimitar sua influência sobre a geração posterior, uma vez que, conforme revela o levantamento biográfico de Dessoir (1892), as demais fontes primárias concernentes ao percurso de sua vida acadêmica – p.ex., correspondências com intelectuais eminentes de seu tempo; obras póstumas – são escassas.¹

Imerso em um contexto de crítica à metafísica especulativa wolffiana – decorrente da crescente orientação empírica das universidades alemãs e da Academia de Berlim, fortalecida pela influência das ideias iluministas francesas e inglesas na Alemanha (Zammito, 2002) –; de rica diversidade filosófica – filosofia leibniz-wolffiana, *Popularphilosophie*, ecletismo, materialismo, idealismo, empirismo –, à qual os filósofos associavam-se livremente (Dessoir, 1892; Uebele, 1911); e de prosperidade da psicologia – crucial à investigação epistêmica por fornecer as condições de obtenção e de crítica do conhecimento, e ao ideal iluminista de perfectibilidade da humanidade, ocupando um lugar proeminente nas reflexões acerca da formação do agente moral e sócio-político (Cassirer, 1932/1997; Vidal, 2000a, 2000b, 2005, 2006); os interesses de Tetens dirigem-se ao estudo da natureza humana, mais precisamente à observação das faculdades anímicas, abrangendo desde os fenômenos psíquicos mais

¹ A este respeito, cabe ressaltar o recente projeto “J. N. Tetens: *Vorlesung über Metaphysik* (1789)”, que, a partir da edição e análise deste material inédito, poderá fornecer esclarecimentos e explicações mais pormenorizadas sobre a relação de Tetens com a tradição metafísica e as correntes filosóficas de sua época, em particular, a sua recepção da filosofia crítica de Kant (Sellhoff, no prelo).

elementares até os mais complexos, com o sólido propósito de esclarecer seu princípio de atividade e seu aperfeiçoamento.

Neste empreendimento, Tetens (1775/1913) afirma valer-se do empenho e da sagacidade de alguns filósofos do empirismo inglês, reconhecidos pelo seu método de observação empírica, e do racionalismo alemão, que, segundo ele, destacam-se pela perspicácia e clareza em suas reflexões sobre a atividade anímica.² Contudo, seu intento parece não ser pura e simplesmente uma justaposição de teses conciliáveis presentes nestas duas tradições, pois Tetens identifica, no desdobramento da própria tradição alemã, mais particularmente em sua psicologia empírica, uma familiaridade com o método de observação de Locke, que ele pretende continuar em seus estudos: “Quanto ao método, do qual eu me servi [...]. Ele é o da observação, que Locke no *Entendimento (Ensaio Sobre o Entendimento Humano – acréscimo meu)* e nossos psicólogos na doutrina empírica da alma (*Erfahrungsseelenlehre*) seguiram” (Tetens, 1777/1913, pp. iii-iv).³

Este posicionamento de Tetens permite alinhá-lo ao empirismo alemão, mais particularmente aos estudos de psicologia empírica, como ressalta grande parte da literatura secundária (p.ex., Barnouw, 1979, 1983; Dessoir, 1892, 1901/1964; Eckardt, John, van Zantwijk & Ziche, 2001; Hauser, 1994; Lorsch, 1906; Pillsbury, 1929; Sellhoff, no prelo; Sommer, 1892; Sturm, 2009; Uebele, 1911; Zöllner, 1998).

A respeito do empirismo alemão, convém esclarecer que, apesar de endossar algumas características fundamentais do projeto empirista inglês, ele não se identifica plenamente com este (Fischer, 1975; Kuehn, 1989). Na Alemanha, a investigação empírica da natureza humana parece designar, sobretudo, a primazia da análise das faculdades anímicas em sua relação com a sensação sobre o estudo da natureza substancial e imaterial da alma, e a

² Com igual firmeza, podemos observar em Tetens a recusa do empreendimento materialista francês, exatamente por entender que a redução do fenômeno psíquico às investigações fisiológicas envolve suposições carentes de fundamentação empírica. Desta tradição materialista, Tetens destaca C. Bonnet (1720-1793) e D. Hartley (1705-1757). Do empirismo inglês, ele conhecia bem as principais obras de D. Hume (1711-1776), J. Locke (1632-1704) e F. Bacon (1561-1626). Na tradição racionalista alemã, as referências fundamentais são J. H. Lambert (1728-1777), C. Wolff (1679-1754) e G. W. Leibniz (1646-1716), cujo pensamento revigora-se durante o segundo momento do Iluminismo alemão com a publicação póstuma, em 1765, dos *Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano* (Kuehn, 2010; Zöllner, 1998).

³ Em conformidade com a denominação recorrente na literatura, utilizaremos o termo ‘psicologia empírica’ para designar o estudo empírico da alma desenvolvido por Tetens. Todavia, conscientes de que esse termo pode aludir à clássica distinção estabelecida por Wolff entre psicologia racional e empírica (Richards, 1980), é importante ressaltar aqui que seu uso de modo algum significa que o projeto de psicologia empírica de Tetens deva ser identificado com o de Wolff. Como a passagem acima mostra claramente, a doutrina empírica da alma (*Erfahrungsseelenlehre*) de Tetens refere-se às investigações psicológicas desenvolvidas na Alemanha, inclusive entre alguns seguidores de Wolff, mas também está intimamente relacionada com as investigações sobre a natureza humana desenvolvidas na tradição filosófica inglesa, como precisamente observa Barnouw (1983).

proeminência da observação anímica sobre o tratamento conceitual das investigações metafísicas (Hatfield, 1998, 2002/2012; Vidal, 2000b, 2005). No entanto, este primado do método da doutrina da natureza – observação, experimento e mensuração – na construção do conhecimento filosófico ocorre em estreita continuidade com os debates acerca das possibilidades e limites de sua aplicação à investigação da alma (p.ex., Schütz, 1771; Tetens, 1777), e discussões acerca de qual concepção de ciência humana seria mais promissora e melhor fundamentada – psicologia empírica, com explicações de base essencialmente psicológicas, e/ou antropologia fisiológica, interessada em investigar a conexão psicofísica e a localização do fenômeno psíquico no corpo (Sturm, 2009). Junto a isto, há também uma recusa do reducionismo empírico e do ceticismo que “condena” toda a metafísica, salvaguardando a exigência racionalista alemã de investigação dos conceitos fundamentais universais, buscados no caráter ativo e criador das faculdades anímicas (Fischer, 1975; Kuehn, 1989; Vidal, 2006).

Em consonância com isto, compreendemos que Tetens, a quem seus contemporâneos conferem o título de “Locke alemão” (Rosenkranz, conforme citado por Uebele, 1911, p.1), não pode ser inteiramente identificado com a tradição inglesa. Quando analisada mais de perto, sua estima em relação ao empirismo inglês, bem como ao racionalismo alemão, não revela uma submissão nem uma restrição aos seus princípios no intuito de perpetuar uma ou outra corrente filosófica. Ao contrário, aliada à tentativa de suplementar e aprimorar o conhecimento da natureza humana presente em ambas as tradições filosóficas, é possível observar uma originalidade em Tetens quando se propõe a rever algumas ideias destas tradições, incorporando-lhes correções, teses novas e argumentos próprios, como mostraremos a partir do próximo capítulo.

Contudo, a síntese singular feita por Tetens entre as tradições filosóficas inglesa e alemã, e as várias influências detectáveis em suas principais obras impõem dificuldades à compreensão do seu pensamento, como pode ser observado nas diferentes tentativas de situá-lo historicamente, que o caracterizam ora como empirista-racionalista ou eclético (p.ex., Lorsch, 1906; Puech, 1992; Sellhoff, no prelo; Sommer, 1892; Uebele, 1911; Zöllner, 1998), ora como leibniziano liberal (p.ex., Barnouw, 1979, 1983), ora como mais próximo de Wolff (p.ex., Frank, 2002; Thiel, 1996, 2008), ora empirista antimaterialista com tendência à filosofia crítica (p.ex., Dessoir, 1892, 1894/1964; Harms, 1878), ora como seguidor de Locke (p.ex., Kitcher, 2011; Klein, 1970).

As dificuldades tornam-se igualmente visíveis quando consideramos a interpretação e avaliação da psicologia empírica e sua relação com a filosofia na principal obra de Tetens, a

saber, *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung* (1777) – *Ensaio Filosófico Sobre a Natureza Humana e Seu Desenvolvimento* –, referida como *Ensaio Filosófico* ao longo deste trabalho. Isso ficará mais claro na breve análise da literatura secundária que se segue.

A Recepção dos *Ensaio Filosófico*

Os artigos de Müller-Brettel (1990) e Müller-Brettel & Dixon (1990) constituem um importante ponto de partida para a avaliação da recepção dos *Ensaio Filosófico* na historiografia da psicologia, pois sua análise bibliométrica nos oferece uma caracterização mais precisa desta recepção ao longo dos séculos XIX e XX. Das suas conclusões, limitamo-nos a ressaltar o que é mais essencial ao nosso intuito, a saber, a escassa recepção da obra de Tetens e a predominância de dois padrões interpretativos. Segundo estes autores, a análise do material selecionado – aproximadamente 450 títulos, compostos pelos mais conhecidos dicionários, manuais de psicologia e livros de história da psicologia, e por obras de renomados psicólogos e filósofos –, evidencia uma baixa frequência de citação dos *Ensaio Filosófico* (mencionados em cerca de 90 títulos), que pode ser organizada em torno de duas tendências interpretativas relativas à psicologia empírica de Tetens, a saber, como uma teoria das faculdades mentais, cuja relevância restringe-se ao campo filosófico, mais especificamente à influência sobre a filosofia kantiana; e como uma teoria do desenvolvimento humano ao longo do ciclo da vida, diretamente relevante para o desdobramento histórico da psicologia do desenvolvimento.⁴

Embora haja um predomínio das leituras orientadas pela filosofia transcendental de I. Kant (1724-1804), e de interpretações que destacam o processo de desenvolvimento humano ao longo do ciclo da vida, alguns estudos mais atuais, não estritamente circunscritos ao âmbito da historiografia da psicologia, mas referentes às raízes filosóficas do pensamento de Tetens, renovam e acrescentam diferentes concepções acerca dos *Ensaio Filosófico*. Tomando como base estes trabalhos, em nossa análise, além das duas interpretações destacadas por Müller-Brettel (1990), mencionamos mais três linhas interpretativas distintas acerca da definição e função da psicologia empírica nos *Ensaio Filosófico*.

⁴ Mais de uma década após esta pesquisa, notamos que Tetens continua sem receber a devida atenção na recente historiografia da psicologia. De fato, seu nome não chega a ser sequer mencionado nos manuais amplamente utilizados de história da psicologia, publicados a partir do final do século XX (p.ex., Goodwin, 2005; Hothersall, 2006; Schultz & Schultz, 2005).

De acordo com Müller-Brettel (1990) e Müller-Brettel & Dixon (1990), a menção ao fato de Tetens ser o fundador ou o principal representante da tripartição da alma no século XVIII – doutrina das faculdades intelectual, volitiva e afetiva – é proeminente na literatura secundária que interpreta sua psicologia empírica como uma doutrina das faculdades (p.ex., Beck, 1969; Bell, 2005; Carus, 1808; Klein, 1970; Leary, 1982), isto é, como uma teoria direcionada à divisão da alma em diferentes faculdades – poder de exercer e sofrer ações –, e à discussão do caráter ativo ou passivo, essencial ou acidental destas faculdades. Junto a esta visão, ainda evidencia-se uma restrição da significância histórica dos *Ensaio Filosóficos* à filosofia transcendental, na medida em que a tripartição da alma é compreendida como diretamente influente sobre a estruturação das três *Críticas* de Kant.

A respeito desta avaliação, Müller-Brettel (1990) destaca que há ponderações mais detalhadas sobre o pensamento de Tetens (p.ex., Dessoir, 1901/1964, 1911; Sommer, 1892), que sustentam a superação da doutrina das faculdades da alma e o estabelecimento da síntese entre a atividade do pensamento e a receptividade da sensibilidade como características fundamentais para a discussão da natureza da alma nos *Ensaio Filosóficos*. O melhor exemplo disto está na passagem:

Quando o chamam de o “Pai da Psicologia”, pensa-se normalmente na divisão a ele atribuída dos estados mentais em pensamento, sentimento e vontade. Mas sem razão. Pois a sua classificação própria distingue entre sentimento (no sentido de receptividade), representação e pensamento (atividade), e vê nestas três faculdades a expressão de uma e mesma espontaneidade receptiva da alma. Em geral, Tetens merece seu título honorífico não como representante da psicologia das faculdades, mas sim como seu analista (Dessoir, 1911, pp. 118-119).

Além disto, cabe acrescentar que a maioria dos comentadores que discute os *Ensaio Filosóficos* em referência à essa primeira tendência interpretativa também se alinha à tradição historiográfica da psicologia que compreende o conhecimento psicológico anterior ao final do século XIX como um conhecimento não genuinamente científico, limitando-se, por conseguinte, a uma apreensão superficial e parcial do pensamento de Tetens, frequentemente apoiada em seletivas citações de fontes secundárias (p.ex., Hilgard, 1980; Klein, 1970; Leary, 1982).

Diferentemente da interpretação anterior, que restringe a significação histórica da psicologia empírica de Tetens ao campo filosófico, Müller-Brettel (1990) observa que, a partir de 1970, houve um renovado interesse pelo pensamento de Tetens, quando os estudos sobre o desenvolvimento humano ao longo do ciclo da vida (*die Entwicklungspsychologie der*

Lebensspanne) resgatam sua obra principal, destacando não apenas o caráter precursor, mas também atual de sua concepção sobre o desenvolvimento humano. Neste contexto, o interesse de Tetens pela dinâmica de desenvolvimento das funções psíquicas do nascimento ao envelhecimento, e pela influência da diversidade histórico-cultural sobre este processo é equiparado ao atual modelo de investigação do desenvolvimento humano, dedicado à descrição, à explicação e à modificação das funções psíquicas, que se colocam em uma relação proporcional de progresso e declínio ao longo de toda a vida, segundo a ação de fatores sociais, culturais, econômicos, biológicos, etc.

Contudo, o interesse pela concepção de desenvolvimento humano em Tetens parece não ter sido suficiente para produzir um impacto na historiografia da psicologia em geral, ficando restrito à psicologia do desenvolvimento (p.ex., Lindenberger & Baltes, 1999; Müller-Brettel & Dixon, 1990). Portanto, em que pese a significativa contribuição desta linha interpretativa, ao oferecer uma avaliação mais rigorosa e baseada no cuidadoso exame da fonte primária, não podemos deixar de notar que ela é ainda um empreendimento de pouco fôlego, que se concentra sobre aspectos específicos dos *Ensaio Filosóficos*, interpretados a partir dos interesses da nova abordagem da psicologia do desenvolvimento humano, sem priorizar a compreensão da psicologia empírica de Tetens em seu contexto original, ou seja, sem analisar suficientemente sua articulação com os problemas filosóficos centrais do segundo momento do iluminismo alemão e com os próprios objetivos de Tetens, a saber, sua discussão da legitimidade do conhecimento metafísico e a promoção da perfectibilidade do homem.

Segundo nossa análise, uma terceira categoria interpretativa pode ser encontrada entre os trabalhos que ressaltam a psicologia empírica de Tetens como parte do empreendimento oitocentista de estabelecer um estudo científico do homem tão solidamente fundamentado como a ciência da natureza e independente da especulação filosófica (p.ex., Brett, 1921/1953; Eckardt, et.al., 2001; Pillsbury, 1929; Villa, 1903). Não obstante destaquem aspectos precursores no projeto de psicologia empírica de Tetens e reconheçam que suas investigações empíricas oferecem um conjunto de ideias sobre os fenômenos psíquicos, estes trabalhos não apresentam uma análise sistemática sobre a compreensão destes fenômenos em Tetens. Além disso, não especificam quais aspectos da ciência da natureza Tetens admite em suas investigações psicológicas, nem oferecem uma análise detalhada de seus métodos de investigação empírica – introspecção e experimento.

A realização de experimentos sobre os processos sensório-perceptuais no século XVIII é uma questão que não tem recebido a devida atenção e permanece obscura. Em

Tetens, é preciso elucidar a relação dos estudos experimentais com a introspecção e com os experimentos realizados por seus contemporâneos. Da mesma forma, quanto ao método introspectivo (*Selbstgefühl*), é preciso esclarecer a relação entre *Selbstgefühl* e a autoconsciência (*Selbstbewusstsein*). A este respeito, algumas discussões filosóficas sugerem que o conhecimento de si por meio do sentir (*Selbstgefühl*) é uma consciência fenomenológica, centrada na experiência (p. ex., Frank, 2002; Harms, 1878), ao passo que outras afirmam que a relação entre sentido e pensamento de si mesmo – seja de continuidade necessária e gradual ou acessória – não está claramente especificada nos *Ensaio Filosóficos* (p. ex., Thiel, 1996, 1997).

Nas duas últimas tendências interpretativas, situamos os estudos que articulam a posição proeminente da psicologia empírica com a crise e reestruturação da metafísica leibniz-wolffiana. Em clara oposição à leitura anterior – segundo a qual a investigação da natureza humana nos *Ensaio Filosóficos* é guiada por princípios empírico-psicológicos, que removem ou evitam as discussões lógico-ontológicas –, a quarta linha interpretativa destaca que, nos *Ensaio Filosóficos*, os elementos racionais e empíricos não são incompatíveis, mas partes distintas e complementares em sua investigação filosófica. Assim, tanto em relação ao objeto (p.ex., Copleston, 1985; Hauser, 1994; Zöllner, 1998) quanto ao método (p.ex., Sommer, 1892), a psicologia empírica de Tetens deve ser compreendida como uma disciplina empírico-racional, em que o conhecimento obtido pela experiência articula-se com as afirmações universais da razão, estendendo-se, portanto, para além do campo empírico.

A compreensão dos *Ensaio Filosóficos* neste contexto de síntese empírico-racional traz consequências inteiramente pertinentes à discussão do lugar que a psicologia empírica ocupa na atividade filosófica. Neste sentido, Sellhoff (no prelo) sugere que, apesar de se encontrar em uma posição proeminente por ter um papel crucial na investigação do conhecimento humano, a psicologia empírica deve ser interpretada como parte da ciência metafísica. Portanto, nos *Ensaio Filosóficos*, o termo ‘metafísica’ não se refere unicamente ao uso e ao conhecimento puramente racional, mas, em sentido amplo, à ciência dos conceitos e princípios fundamentais, na qual a psicologia empírica ocupa um lugar básico, e à qual é indispensável uma parte racional para a generalização da investigação empírica e a formação de conceitos gerais.

A última tendência interpretativa é frequentemente encontrada em grande parte dos estudos históricos da filosofia (p.ex., Apitzsch, 1877; Beck, 1969; Dessoir, 1892; Kitcher, 1990, 2011; Kuehn, 1989; Puech, 1992; Watkins & Kuehn, 2009). Assim como a perspectiva anterior, a literatura secundária mencionada nesta quinta tendência também parte dos debates

acerca da objetividade do conhecimento metafísico e o empenho de Tetens em fornecer uma nova fundamentação a este conhecimento. Contudo, aqui, a análise é orientada e, às vezes, restrita ao contexto histórico da primeira *Crítica da Razão Pura* de Kant, acentuando, por um lado, a influência e a similaridade entre os *Ensaio Filosóficos* e a *Crítica*, e, por outro, a falha de Tetens em desenvolver plenamente uma filosofia transcendental.

A nosso ver, uma das principais dificuldades historiográficas desta linha interpretativa é o evidente comprometimento com uma perspectiva histórica teleológica e anacrônica que, sob o pressuposto de que a filosofia transcendental é o ponto mais elevado do século XVIII, apreende a diversidade filosófica alemã da segunda metade deste século em um trajeto ascendente em direção a esta filosofia, que provê um contexto e um padrão para o julgamento das realizações anteriores. Uma expressão disto pode ser observada no seguinte trecho:

O ensaio de Tetens de 1775 foi um ponto de partida para a filosofia crítica tão bom quanto a própria dissertação de 1770 de Kant. Mas o que veio em seguida seguiu na carreira de Tetens foi uma continuação da psicologia empírica e genética na tradição de Locke [...]. Deste modo, Tetens escreveu uma psicologia que poderia servir, e de fato serviu, a Kant como um ponto de partida no estudo das operações da mente, mas somente como um ponto de partida. Portanto, em vez de avançar na direção que Kant seguiria no final dos anos setenta, Tetens falhou, após um brilhante começo, em escrever um genuíno sistema de filosofia transcendental, mas escreveu, em substituição, ensaios filosóficos sobre a natureza humana e assim perdeu o rumo [...]. Tetens tratou dos *tópicos* com os quais Kant ocupou-se, mas falhou em compreender a *questão* para a qual aqueles *tópicos* continham a resposta [...]. Portanto, Tetens permaneceu no fim de uma longa série de psicólogos analistas, não no começo de um novo período na história da epistemologia. (Beck, 1969, pp. 414-415 – itálico no original)

Longe de pretender negar que a obra de Tetens possa ter um significado para a reconstrução histórica da filosofia kantiana ou de que Kant seja uma leitura importante para Tetens – em particular, sua *Dissertação de 1770 (Acerca da Forma e dos Princípios do Mundo Sensível e Inteligível)*, mencionada por ele –, nosso intuito é chamar atenção para o fato de que uma leitura dos *Ensaio Filosóficos* centrada na filosofia transcendental, a fim de estabelecer as relações de identidade e desacordo com Kant, pode conduzir a uma interpretação inadequada e deslocada de seu contexto, caso não venha acompanhada de uma minuciosa análise independente do pensamento de Tetens, como precisamente adverte Barnouw (1979).

Com esta análise da literatura secundária, esperamos ter efetivamente oferecido uma compreensão mais clara e precisa das principais interpretações concernentes ao significado e

ao lugar da psicologia empírica nos *Ensaaios Filosóficos*. Longe de pretender encerrar todas as lacunas e controvérsias anteriormente apresentadas, o presente trabalho visa a apresentar e a analisar o objeto e o método psicológicos presentes nos *Ensaaios Filosóficos*, no intuito de esclarecer a relação entre a psicologia empírica e o pensamento filosófico de Tetens. Com isto, esperamos contribuir para uma avaliação mais precisa do seu projeto de psicologia empírica, e desfazer equívocos e negligências na historiografia da psicologia, em particular na literatura secundária nacional, onde verificamos a absoluta ausência de referência a este tema, e a existência de raros trabalhos que oferecem uma discussão mais pormenorizada do conhecimento psicológico no século XVIII (p.ex., Araujo, 2011, 2012; Araujo & Pereira, 2010).

Alguns Esclarecimentos Sobre os Aspectos Metodológicos

Em relação aos aspectos metodológicos deste trabalho, cabe ressaltar que, entre as fontes primárias, são analisadas três obras de Tetens, a saber: *Gedanken über einige Ursachen, warum in der Metaphysik nur wenige ausgemachte Wahrheiten sind* (*Pensamentos Sobre Algumas Causas, Por Que na Metafísica Há Apenas Algumas Verdades Evidentes*), de 1760; *Über die allgemeine speculativische Philosophie* (*Sobre a Filosofia Especulativa em Geral*), de 1775; e *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung* (*Ensaaios Filosóficos Sobre a Natureza Humana e Seu Desenvolvimento*), de 1777.

As duas primeiras obras são relevantes para esclarecermos o comprometimento de Tetens com as tradições filosóficas alemã e inglesa, e determinarmos mais precisamente a relação entre psicologia empírica e filosofia. Em relação aos *Ensaaios Filosóficos*, cabe ressaltar que a principal referência para o presente trabalho é o primeiro volume desta obra. Em um total de 11 ensaios, este volume reúne algumas considerações mais amplamente desenvolvidas em obras anteriores – p.ex., linguagem –, e apresenta em maior detalhamento as investigações empíricas da natureza humana e as ponderações sobre a objetividade do conhecimento humano. O segundo volume dos *Ensaaios Filosóficos* é composto por mais três ensaios, que introduzem novos e importantes temas da tradição filosófica oitocentista – p.ex., liberdade, essência da alma, perfectibilidade e desenvolvimento humano, respectivamente. Porém, dada a articulação direta das considerações de Tetens a respeito da liberdade, perfectibilidade e desenvolvimento humano com a filosofia prática, e com observações

antropológicas e biológicas, preferimos excluí-las de nossa análise, uma vez que estenderiam o objetivo do presente trabalho, tornando-o demasiadamente longo.

Entre as fontes primárias desta pesquisa, para maior clareza e contextualização de alguns conceitos relevantes ao tema em estudo, incluímos a consulta a algumas obras diretamente influentes sobre a discussão psicológica desenvolvida por Tetens, entre elas: *Novos Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, de W. G. Leibniz (1765/1980); *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, de John Locke (1690/2010); *Memoire sur la Durée de la Sensation de la Vue (Memória Sobre a Duração da Sensação da Visão)*, de Patrick D'Arcy (1768); e *Acerca da Forma e dos Princípios do Mundo Sensível e Inteligível*, de Immanuel Kant (1770/2004). No que se refere às fontes secundárias, são priorizados estudos clássicos e recentes, que fazem referência direta ao tema da pesquisa, bem como os relevantes à compreensão da psicologia na tradição alemã entre os anos de 1750-1780.

No que diz respeito à estrutura geral, esse estudo está organizado em quatro partes, incluindo esta introdução, em que, a partir de uma breve caracterização da historiografia da psicologia sobre o século XVIII, e da análise da recepção da obra principal de Tetens na literatura secundária, procuramos mostrar a escassez do conhecimento histórico atual, evidenciando a necessidade e pertinência de se promover novos e rigorosos trabalhos historiográficos sobre a psicologia no século XVIII, mais particularmente sobre a psicologia empírica de Tetens.

Na parte seguinte, o foco de nossa atenção será a discussão da relação entre a psicologia empírica e a filosofia em Tetens a partir da análise dos dois ensaios anteriores a 1777. Aqui, destacaremos como o posicionamento de Tetens em relação à crise da filosofia especulativa no contexto da *Hochaufklärung* está diretamente relacionado com o seu modo de conceber a função que a psicologia empírica assume em relação à atividade filosófica, especialmente à metafísica.

A terceira parte será dedicada à delimitação e à caracterização da psicologia empírica nos *Ensaio Filosóficos*. Apresentaremos uma descrição das propriedades e leis da atividade anímica, acompanhada da análise do conceito de princípio anímico fundamental. Além disso, caracterizaremos o método analítico de observação usado por Tetens em sua investigação psicológica, no intuito de salientar seu seguimento ao modelo de ciência natural. Ao final desta parte, esclareceremos o sentido específico que a introspecção assume ao ser referida como *Selbstgefühl*, bem como sua relação com os experimentos psicológicos. Neste contexto, com base nas três obras analisadas, procuraremos demonstrar que há uma continuidade no

pensamento de Tetens no que concerne à concepção de psicologia empírica e ao modo de proceder na investigação da natureza humana.

Na quarta parte, retomaremos a discussão inicial sobre a relação entre a psicologia empírica e a filosofia em Tetens a partir da análise dos *Ensaio Filosóficos*. A tese principal aqui é que o significado desta relação, isto é, o papel crucial da investigação psicológica para a discussão da legitimidade do conhecimento humano, está em conformidade com as obras anteriormente analisadas, especialmente com o escrito de 1775.

Na conclusão, sintetizaremos os principais apontamentos deste trabalho, procurando ressaltar algumas implicações para a tese tradicional sobre a constituição e desenvolvimento da psicologia, e apontar algumas questões que poderão vir a suplementar as discussões aqui apresentadas.

Quanto aos aspectos técnicos da estruturação deste trabalho, o padrão para citações e referências foi configurado segundo as normas da APA (*American Psychological Association*), com exceção de algumas citações de fontes primárias de algumas obras clássicas, quando, além das citações por páginas, seguimos a tradição de citar por parágrafos. No caso de reedições de obras, indicamos no corpo do texto a data do original, seguida da data da edição utilizada. Por fim, cabe mencionar que todas as traduções presentes no corpo do texto foram feitas a partir dos originais e são de nossa inteira responsabilidade (Monalisa Lauro e Saulo de Freitas Araujo).

CAPÍTULO 1

A PSICOLOGIA EMPÍRICA NO PERÍODO ANTERIOR AOS *ENSAIOS FILOSÓFICOS: UMA ANÁLISE DOS ESCRITOS DE 1760 E 1775*

Como afirmamos inicialmente, os *Ensaaios filosóficos* são o objeto central em nossa análise do estatuto da psicologia empírica em Tetens. Contudo, por entendermos que as afirmações de Tetens sobre o conhecimento psicológico encontram-se diretamente associadas às suas reflexões filosóficas, uma interpretação mais sistemática e melhor contextualizada acerca da definição e função da psicologia empírica nesta obra requer a análise de dois ensaios anteriores, cujo cerne é justamente o exame da evidência e da formação do conhecimento metafísico, bem como a determinação da sua relação com o conhecimento empírico.

Ainda que o acréscimo destes textos não nos permita determinar o pleno desdobramento do pensamento filosófico de Tetens no contexto anterior aos *Ensaaios Filosóficos*, com sua análise podemos oferecer uma caracterização do contexto inicial de algumas considerações de Tetens acerca de seu comprometimento com a tarefa de fornecer uma nova fundamentação ao conhecimento metafísico, e mostrar como a psicologia empírica, que se encontra entre os principais interesses de Tetens desde o início de sua vida acadêmica, passa a ter um lugar central em seu projeto de reforma da metafísica, destacando-se entre as demais disciplinas filosóficas.

Iniciamos com a análise do primeiro texto filosófico de Tetens, *Gedanken über einige Ursachen, warum in der Metaphysik nur wenige ausgemachte Wahrheiten sind* (*Pensamentos Sobre Algumas Causas, Por Que na Metafísica Há Apenas Poucas Verdades Evidentes*), publicado em 1760, no período em que Tetens era um *Privatdozent* de física e metafísica na Universidade de Rostock. Em seguida, nossa atenção volta-se para o ensaio publicado em 1775, *Über die allgemeine speculativische Philosophie* (*Sobre a Filosofia Especulativa em Geral*). Na verdade, a análise deste segundo ensaio faz-se necessária, ao notarmos, em seu prefácio, que Tetens o concebe como o primeiro de uma série de ensaios

concernentes à filosofia da observação (*beobachtende Philosophie*), e dedicados à investigação da natureza humana, mais precisamente, ao exame das faculdades anímicas fundamentais e de seu princípio de atividade, e ao estudo do caráter espontâneo e perfectível da alma – um propósito exatamente idêntico ao exposto, dois anos mais tarde, na introdução dos *Ensaio Filosóficos*.⁵

1.1 A *Erfahrungsseelenlehre* e a Reestruturação da Metafísica

O elemento central do ensaio de 1760 é a crise da tradição metafísica alemã durante a *Hochaufklärung* (1750-1780). A este respeito, Tetens indaga-se sobre a estagnação da metafísica que, apesar de parecer-lhe digna do título de a mais nobre ciência filosófica, enfrenta dificuldades em sustentar seus princípios com o mesmo rigor e evidência encontrados na matemática pura, na matemática aplicada – p.ex., teoria da música, teoria óptica, astronomia, etc. – e na doutrina da natureza. Tendo por base o exame minucioso dos procedimentos essenciais adotados nestas ciências, Tetens (1760, § 39, p. 67) prossegue em sua investigação dos principais fatores responsáveis pela pouca evidência do conhecimento metafísico, por entender que a identificação destes fatores, assim como dos recursos indispensáveis para retê-los, estabelece a metade do empreendimento necessário ao aprimoramento e à expansão da metafísica, especialmente em termos de certeza e perspicácia na demonstração de seus princípios.

Antes, porém, de atermo-nos às suas considerações acerca das principais causas da pouca evidência na metafísica, é fundamental esclarecermos o conceito de metafísica em Tetens, pois, somente a partir desta definição podemos compreender tanto seu projeto de reestruturação do conhecimento metafísico quanto suas observações sobre a psicologia empírica neste contexto. Embora não faça parte de seu objetivo discutir o conceito de metafísica nem estabelecer ou aprimorar suas divisões, Tetens preocupa-se em elucidar este conceito já no primeiro parágrafo do ensaio:

Para mim, ela sempre se apresenta como uma ciência, que é, na filosofia (*Weltweisheit*), aquilo que a dogmática o é na teologia. Ela é uma ciência que contém em si, juntamente com uma teoria geral de todas as coisas possíveis e reais,

⁵ No prefácio dos *Ensaio Filosóficos*, encontramos: “Os ensaios seguintes dizem respeito às ações do entendimento humano, suas leis do pensamento e suas faculdades fundamentais; além disso, à força ativa da vontade, ao caráter fundamental da humanidade, à liberdade, à natureza da alma e ao seu desenvolvimento” (Tetens, 1777/1913, p. iii).

as propriedades gerais e necessárias do mundo, a doutrina da alma e de Deus; ou, em outras palavras, que nos ensina os princípios mais gerais do conhecimento humano e as demais verdades teóricas da razão, que são necessárias à nossa bem-aventurança. (1760, § 1, pp. 3-4)

Nesta citação, dois pontos merecem nossa atenção. Primeiramente, cabe ressaltar que a analogia da metafísica com a dogmática remete-nos à sua caracterização como uma ciência fundamental, que deve reunir em si princípios necessários e notórios, que servem de base para o sistema filosófico teórico. Contudo, como parte de um saber profano (*Weltweisheit*), a certeza do conhecimento metafísico deve fundamentar-se em provas racionais e experiência empírica, antes que na autoridade da fé e revelação. A este respeito, o próprio Tetens (1760, § 38, pp. 65-66) esclarece que os princípios metafísicos são indispensáveis à formação moral do homem, e podem ser diretamente influentes na teologia revelada, contanto que eles não deixem de seguir o seu caminho, isto é, não se organizem conforme os preconceitos religiosos e não sejam admitidos ou recusados sem qualquer demonstração rigorosa de sua certeza.

O segundo ponto fundamental nesta citação diz respeito à concepção da metafísica como um sistema hierarquizado de conhecimento. Com base na estrutura estabelecida por Wolff, Tetens admite que o aspecto mais geral e formal da metafísica encontra-se na ontologia, que se ocupa da determinação das coisas possíveis e reais em geral, e ensina os princípios primeiros e mais gerais do conhecimento humano, os quais são pressupostos nos outros ramos da metafísica, a saber, cosmologia, psicologia e teologia natural. Estes últimos ramos, além de terem objetos de estudo específicos – mundo, alma e Deus, respectivamente –, não envolvem uma investigação estritamente lógico-racional de seus objetos, como fica explícito em outra passagem:

A ontologia é, como a matemática teórica, uma ciência na qual as propriedades das coisas são derivadas de conceitos determinados arbitrariamente [...]. As demais partes da metafísica, a cosmologia, a doutrina da alma e a doutrina natural de Deus, devem ser erguidas através da *associação das verdades ontológicas com princípios empíricos*, assim como a matemática aplicada e a doutrina da natureza devem ser erguidas através da associação da matemática teórica com experimentos; [...] (Tetens, 1760, § 4, pp. 10-11 – itálico meu)

Ainda que, nesta divisão da metafísica, Tetens contente-se em apresentar uma definição ampla de psicologia – entendida como o ramo da metafísica que tem como objeto de estudo a alma –, sua afirmação de que, na doutrina da alma, os conhecimentos racional e empírico encontram-se intimamente ligados, permite-nos determinar com exatidão o lugar da

psicologia empírica, e afirmar seu estatuto como disciplina metafísica. A este propósito, o trecho abaixo nos fornece um apoio adicional:

Ela (a metafísica – acréscimo meu) foi organizada assim pelo Barão Wolff, o qual, segundo a profecia de um grande homem, ainda será mencionado com grande estima, quando a maioria de seus detratores já há muito estiverem esquecidos; e eu não vejo nenhuma razão suficiente para separar dela a doutrina experimental da alma, para transformá-la em uma ciência que contenha em si apenas as doutrinas gerais necessárias de todas as coisas possíveis e seus modos principais, derivadas de conceitos estabelecidos. (Tetens, 1760, § 1, pp. 4-5)

Mesmo que, nesta passagem, Tetens não seja explícito a respeito do significado da doutrina experimental da alma (*Experimental-Seelenlehre*), ao atentarmos para a rejeição da metafísica como uma ciência pura e simplesmente racional – que procederia apenas segundo princípios lógico-dedutivos –, parece-nos justo supor que o termo ‘doutrina experimental da alma’ designa as investigações da natureza anímica conduzidas sob uma orientação empírica. Muito provavelmente, Tetens tem em mente os métodos de observação e experimentos empregados na descrição dos processos sensório-perceptuais, os quais, conforme assevera Sturm (2006, 2009), inicialmente, foram desenvolvidos como parte da ótica, da astronomia e da medicina, mas que, durante o século XVIII, foram gradualmente introduzidos na psicologia empírica e tratados como métodos psicológicos por alguns filósofos, entre os quais se destacam J. G. Krüger (1715-1759) – *Versuch einer Experimental-Seelenlehre (Ensaio de uma Doutrina Experimental da Alma)*, de 1756 –; e o próprio Tetens, como esclareceremos, no próximo capítulo, junto à análise dos métodos psicológicos presentes nos *Ensaaios Filosóficos*.

Até aqui nos foi possível situar claramente o lugar do estudo empírico da alma no sistema metafísico admitido por Tetens. Agora, para avançarmos em nossa interpretação, isto é, para compreendermos a função e o escopo da psicologia empírica em relação à metafísica em geral, e, mais especificamente, em relação à doutrina da alma, é preciso adentrar na análise das principais razões do predomínio de conjecturas, desavenças e constantes reformas nas disciplinas metafísicas, onde encontramos sucintas, porém significativas, referências a esta questão.

Embora reconheça certo progresso já em andamento na metafísica, especialmente por meio da diligência e do esforço de filósofos que se dedicaram a aprimorar o método filosófico e a demonstrar a veracidade de seus princípios e conceitos fundamentais, Tetens avalia o aumento de teses evidentes e necessárias na metafísica como extremamente pequeno (1760, §

2, pp. 5-8). Para ele, as principais razões subjacentes a isto ainda podem ser encontradas no descuido com o método filosófico, mas também nas peculiaridades do seu objeto de estudo e nos preconceitos admitidos pelos filósofos (1760, § 5, p. 12).⁶

Primeiramente, Tetens destaca que o uso de palavras sem significado preciso e de conceitos desprovidos tanto de clareza quanto de demonstração *a priori* de sua possibilidade lógica constituem um obstáculo à evidência dos princípios metafísicos – em particular, dos ontológicos – e à perspicácia de suas provas. No que diz respeito à linguagem filosófica, ele observa que, sem obter êxito nas tentativas de elaboração de uma linguagem formal e universal, a ontologia, diferentemente da matemática pura, não dispõe de sinais determinados para os conceitos simples nem compostos, o que favorece a ocorrência de termos ambíguos – na medida em que há uma diversidade conceitual associada a uma mesma palavra – e vagos – uma vez que não se esclarece quantas nem quais são as ideias simples compreendidas nos conceitos –, submetendo a metafísica a disputas que são meramente verbais. Para pôr um fim nisso, Tetens anseia pelo estabelecimento de uma linguagem filosófica distinta da ordinária, em que os conceitos seriam pensados a partir de sinais determinados para cada ideia simples, ou, pelo menos, a exemplo da matemática, por meio de sinais variáveis, cujo significado deveria ser previamente indicado (1760, § 15, pp. 29-31, § 21, pp. 42-44, § 24, pp. 47-49).

No que concerne à representação confusa e indistinta dos conceitos, e às insuficientes investigações *a priori* que evidenciam a inexistência de contradição entre as ideias simples compreendidas nos conceitos, Tetens nota que estas duas falhas não devem ser imputadas unicamente ao descuido com o método filosófico, pois elas decorrem, em parte, da própria posição desfavorável da metafísica. Enquanto o matemático preocupa-se apenas com um único modo de determinar as coisas – em geral, como grandeza –, o caráter totalizante do objeto de estudo da metafísica faz com que seja necessário, quando se quer compreender um de seus atributos, o conhecimento de todas as outras características possíveis, bem como de suas relações, no grau mais elevado possível de distinção e clareza. Por conta disto, eleva-se consideravelmente o número de conceitos a serem analisados em ideias simples e comparados em todas suas determinações, produzindo séries de definições e deduções mais extensas e falíveis (Tetens, 1760, § 8, pp. 18-20, § 32, p. 56).

Ao considerarmos a solução oferecida por Tetens a respeito destes dois últimos obstáculos, não podemos deixar de notar a primazia do método analítico na atividade filosófica e da experiência no estabelecimento de conceitos e princípios evidentes. Neste

⁶ No que se segue, não discutiremos as causas procedentes de preconceitos, pois Tetens as expõe de modo sucinto e restrito ao contexto religioso, já mencionado anteriormente.

sentido, tanto em relação aos conceitos indistintos quanto aos conceitos cuja possibilidade lógica não é evidente em si mesma nem demonstrada, é preciso empreender uma análise que retroceda até as partes mais elementares, isto é, até as ideias simples:

Para evitar qualquer confusão, na medida em que isso for possível, os conceitos na ontologia devem ser conduzidos até tais ideias simples; e os conceitos compostos devem ser formados a partir desses conceitos simples, de tal modo que se pudessem reconhecer quais desses conceitos encontram-se naqueles. Enquanto isso não acontece, não temos motivo para nos surpreendermos com a confusão e as disputas daí resultantes [...]. De fato, os filósofos ainda não estão em acordo sobre os conceitos simples; e quantas disputas não surgiram sobre os conceitos de causalidade, espaço e tempo, que são considerados como simples por alguns, mas não por outros. Se se deseja resolver as disputas que surgiram sobre essas coisas, o melhor a fazer é *retroceder às sensações* que deram origem ao conceito em disputa e observar exatamente o que está sendo representado, quando esta ideia é percebida nos objetos. (Tetens, 1760, § 14, p. 27 – itálico meu)

De acordo com o que está expressamente anunciado nesta citação, para se alcançar um novo conhecimento metafísico, livre de desavenças verbais e conjecturas, deve-se partir não de um corpo de axiomas e postulados, mas sim do exame de ideias simples e de suas relações, isto é, da observação cuidadosa das mudanças ou representações, que, segundo Tetens (1760, § 11, p. 23, § 12, p. 24-25), sucedem em nós como efeitos das impressões sensíveis, oriundas de objetos externos e internos – percepção das atividades e ações da alma –, e do ato de abstração, que separa e retém as sensações mais simples em uma representação comum.

Em que pesem, porém, a afirmação de que se deve recorrer à experiência na obtenção das ideias simples, e a conformidade com Locke quanto às fontes destas ideias, não há qualquer indicação do próprio Tetens que nos permita concluir sua plena adesão à tradição empirista inglesa, no sentido de compreender as representações em caráter puramente passivo – como mero registro das sensações –, e de admitir a redução dos conceitos intelectuais às impressões sensíveis. De fato, neste ensaio, Tetens não nos fornece nenhuma elucidação a respeito de como entende as faculdades anímicas responsáveis pela receptividade das impressões sensíveis e pela associação das ideias simples na formação dos conceitos compostos.

Não obstante, é possível encontrar evidências textuais que o aproximam do empirismo alemão, na medida em que confia firmemente no aumento e refinamento das observações empíricas como parte da solução da crise da metafísica – até mesmo da ontologia, que é sua disciplina mais abstrata –, e preocupa-se em assegurar a experiência

como um conhecimento anterior, mas intimamente ligado à análise lógico-racional. A este respeito, não podemos esquecer que, neste ensaio, o interesse principal de Tetens é antes garantir um fundamento sólido para a metafísica que condenar ou suprimir todo o esforço da tradição racionalista alemã dedicado a este empreendimento.

Uma exposição mais clara desta ideia, bem como de suas consequências, encontramos no segundo momento da análise de Tetens, quando avalia os fatores responsáveis pelo tímido avanço da psicologia, da teologia natural e da cosmologia. Neste momento, Tetens faz questão de esclarecer que o aperfeiçoamento da ontologia é uma condição necessária ao desenvolvimento destas disciplinas filosóficas, na medida em que os conceitos e os princípios gerais são um recurso indispensável para a realização de comparações e generalizações de observações e proposições particulares. Contudo, isto não significa que o filósofo deva ou possa descuidar da investigação dos fatos empíricos:

Toda a doutrina da alma e da sapiência de Deus e, em parte, a cosmologia são ciências de coisas reais, das quais experienciamos apenas os efeitos, a partir dos quais, através do auxílio de princípios gerais, devemos inferir a natureza interna das mesmas. Se ainda não conhecemos exatamente os efeitos e faltam-nos experiências corretas e completas; ou se estas estão presentes, mas as causas destes efeitos estão tão afastadas de nós que jamais conseguimos alcançá-las através de nossa reflexão; então pouco conseguiremos descobrir, mesmo com nossas melhores teorias. (Tetens, 1760, § 34, p. 60)

Segundo Tetens, o descuido com as investigações empíricas é a principal razão da pouca certeza do conhecimento psicológico, teológico e cosmológico. No que concerne à psicologia empírica, ele observa que, em decorrência da escassa observação, as leis psicológicas mostram-se limitadas, pois deixam de explicar com exatidão e rigor muitos fenômenos psicológicos – p.ex., quais mudanças anímicas associam-se às corpóreas, e até que ponto ocorre esta ligação; o sonambulismo, etc. Além disso, nas análises psicológicas, há frequentes erros de sub-repção (*Erschleichungs-Fehler*), ou seja, afirmações obtidas de maneira ilícita, uma vez que são assumidas como empíricas, sem que estejam ou possam ser solidamente amparadas na experiência, como ocorre, por exemplo, na sustentação de que a experiência ensina que a alma atua sobre o corpo através de influência física, sem a observação precisa das causas que impelem a isto; ou de que é possível ter mais de uma representação ao mesmo tempo, ou pensar-se a si mesmo, com toda atenção possível, no exato momento em que se pensa um objeto, sem, de fato, experimentar isto (Tetens, 1760, § 35, pp. 61-62).

Como Tetens entende que, enquanto faltarem investigações concretas e cuidadosas dos fenômenos psicológicos, a doutrina da alma estará sujeita a conhecimentos elaborados por meios de hipóteses fantasiosas ou adivinhações, parece-nos justo concluir que, quando se consideram as condições necessárias ao avanço deste ramo da metafísica, não se pode prescindir do estudo empírico da alma. Portanto, já neste primeiro ensaio, a psicologia empírica não aparece como um empreendimento fortuito, pois tem seu lugar na fundamentação da doutrina da alma. Aqui, em conformidade com a observação anterior concernente à necessidade de se fundamentar o conhecimento metafísico na experiência, podemos entender que, para Tetens, o conhecimento empírico da alma é o único ponto de partida confiável para o estabelecimento de um conhecimento seguro da natureza da alma, devendo preceder o conhecimento racional e seus procedimentos lógico-dedutivos.

Por fim, cabe mencionarmos que, além da preponderância do conhecimento empírico em relação ao conhecimento racional da alma, apenas podemos concluir que a psicologia empírica, como parte fundamental da doutrina da alma, coloca-se ao lado da teologia natural e cosmologia, como disciplina diretamente associada à bem-aventurança do homem, ao fornecer princípios sob os quais a filosofia prática deve basear-se (Tetens, 1760, § 1, p. 4). Contudo, seu escopo em relação à metafísica em geral é significativamente maior do que é expressamente afirmado neste primeiro ensaio, como ficará claro na análise do ensaio de 1775.

1.2 A *Erfahrungsseelenlehre* Como Conhecimento Preliminar à Ontologia

Em *Sobre a Filosofia Especulativa em Geral* (1775), o interesse de Tetens mantém-se preponderantemente direcionado à fundamentação dos conceitos e princípios que regem a metafísica ou filosofia especulativa. Entretanto, agora, entre os diversos entraves ao progresso da metafísica – p.ex., método, linguagem, preconceitos, etc. –, Tetens considera que a exigência mais nobre e inicial diz respeito à investigação da realidade objetiva dos conceitos fundamentais da ontologia – p.ex., causalidade, necessidade, substância, força, etc. –, caracterizada como uma filosofia transcendente geral justamente por reunir em si os conceitos e princípios mais elevados e gerais. Como, na concepção de Tetens, o conhecimento factual deve articular-se com os conceitos e princípios gerais para ser elevado a conhecimento filosófico, assim como acredita suceder nos dois grandes ramos da filosofia teórica, a saber, a filosofia intelectual ou dos seres incorpóreos – p.ex., a doutrina da alma e a teologia natural –

e a filosofia das coisas corpóreas – p.ex., doutrina da natureza –, a fundamentação do conhecimento filosófico, mais particularmente do conhecimento metafísico, é entendida como diretamente dependente do exame e da demonstração da realidade objetiva dos conceitos gerais da ontologia, distinguindo-os da mera aparência e fantasia (1775/1913, pp. 22-27).

Embora já tivesse observado a procedência empírica dos conceitos ontológicos no ensaio de 1760, apenas aqui Tetens discute de forma mais detalhada a natureza e a formação destes conceitos, determinando suas peculiaridades em relação à experiência sensível e às faculdades anímicas. Neste contexto, a novidade está em sua menção explícita à investigação da natureza do entendimento humano como condição preliminar indispensável para assegurar a realidade objetiva do conhecimento especulativo:

Deve-se retomar o caminho trilhado anteriormente por Locke, a saber, a investigação do entendimento, do seu modo de ação e dos seus conceitos gerais, se se quer descobrir as características através das quais as representações reais, que correspondem a objetos, podem ser distinguidas daquelas que são apenas aparências e, portanto, apenas representações parciais. (Tetens, 1775/1913, p. 35)

De acordo com nossa interpretação, ainda que o exame pormenorizado e pleno das fontes e faculdades de conhecimento só apareça nos *Ensaio Filosóficos*, já é possível evidenciar, em 1775, a importância vital que a psicologia empírica passa a exercer no projeto de reestruturação da metafísica de Tetens. A este respeito, não podemos deixar de observar que, mesmo sem haver uma referência nominal à psicologia empírica (*Erfahrungsseelenlehre*) neste ensaio, ela está notadamente implícita nas menções à filosofia da observação inglesa, mais particularmente, na referência ao *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (1690) de Locke, interpretado por Tetens (1775/1913, p. 89) como uma obra exemplar na observação empírica da alma e suas ações. Em que pese, porém, o entusiasmo com o método de Locke na determinação do conteúdo e extensão dos conceitos do entendimento, Tetens considera (1775/1913, pp. 72, 89) sua análise imprecisa e incompleta, sobretudo, em relação à distinção entre o papel das sensações e do ato de pensar na formação dos conceitos do entendimento, e ao encadeamento do conhecimento factual com o especulativo.

A propósito desta última crítica de Tetens à filosofia da observação, novamente podemos notar que, em seu projeto filosófico, sobressai a preocupação em integrar dados sensíveis e análise racional. Por entender que a filosofia deva ser constituída por teorias gerais, capazes de fornecer explicações sobre a ocorrência e a existência das coisas, antes que por um acúmulo de observações empíricas, e por uma simplória enumeração e descrição de eventos singulares, Tetens considera o auxílio dos conceitos e princípios gerais

imprescindíveis para a comparação, articulação e generalização de dados factuais. Segundo ele, esta necessária cooperação entre conceitos gerais da filosofia transcendente e dados factuais da filosofia da observação cresce à medida que o objeto de estudo afasta-se do campo de observação, e temos que nos contentar com impressões parciais, como ocorre, por exemplo, quando o filósofo indaga-se sobre a força interna da alma, os atributos de Deus, os elementos primários dos corpos, etc. (1775/1913, pp. 18-24).

Entretanto, para que a ontologia exerça esta função, é preciso demonstrar a legitimidade dos seus conceitos e princípios fundamentais. Neste empreendimento, é marcante o afastamento da tradição filosófica inglesa, que, segundo o próprio Tetens, precipitadamente instrui a desprezar os conceitos da razão e reunir novos conceitos abstraídos de representações sensíveis puras; mas também o abandono da pretensão racionalista, segundo a qual os filósofos alemães fazem uso de conceitos e princípios gerais sem o prévio esforço de demonstrar sua validade objetiva, seja por admitirem que suas noções fundamentam-se em abstrações de representações sensíveis puras, seja por acreditarem que o acordo de seus princípios fundamentais com o princípio de contradição já foi inteiramente demonstrado, legitimando-os como verdades fundamentais (Tetens, 1775/1913, pp. 30-35, 39-42, 70-71). Portanto, mesmo admitindo que, na filosofia especulativa, existem conceitos gerais seguros, que são mais do que mera conjectura, Tetens não os avalia como satisfatoriamente evidentes a ponto de não necessitarem de provas que clareiem sua realidade e exatidão:

Na minha opinião, nosso Leibniz compreendeu a natureza do entendimento humano, suas maneiras de pensar e, mais particularmente, os conhecimentos transcendentais da razão, de modo muito mais profundo, aguçado e rico do que Locke, cujas observações eram mais meticulosas. Ele enxergou mais longe do que o sagaz Hume e do que Condillac, Beattie, Search e Home [...]. Mas todos os vãos do espírito leibniziano foram igualmente bem-sucedidos? E era então de se admirar que aqueles que não puderam segui-lo e não tiveram nenhum meio para distinguir se ele tinha permanecido no caminho correto ou se tinha se desviado dele considerassem suas descobertas como ideias não confiáveis ou até mesmo como fantasias vãs? A análise do entendimento segundo o método de Locke deve tornar evidente em que medida as concepções férteis de Leibniz são um conhecimento racional real e verdadeiro, e em que medida não o são. (Tetens, 1775/1913, pp. 91-93)

Em relação à citação acima, cabe detalharmos como Tetens compreende a possibilidade dos conceitos metafísicos, e em que medida segue o caminho de Locke na investigação do entendimento humano. Neste intuito, primeiramente é preciso atentar para o fato de que ele não se atém ao acordo lógico entre os conceitos, pois considera que apenas

alguns princípios ontológicos são princípios puramente formais, como, por exemplo, o princípio de contradição, que apresenta consistência e certeza internas, na medida em que tem em sua base o modo natural e necessário da razão relacionar conceitos em geral. Neste sentido, Tetens acredita que, na filosofia transcendente, também é essencial determinar as condições de realização (*Realisirung*) dos conceitos e princípios fundamentais, ou seja, demonstrar sua possibilidade real, separando os conceitos que correspondem a objetos externos daqueles que são mera ilusão e ficção. Em outras palavras, parece haver aqui uma distinção entre validade formal e material dos princípios ontológicos. Enquanto na análise formal, em função de sua generalidade, não se investiga nada que dependa das propriedades dos conceitos, pois se abstrai de qualquer referência às particularidades das ideias, na investigação de sua possibilidade real, deve-se indagar sobre a origem, formação e o conteúdo dos próprios conceitos.⁷ Neste último procedimento, Tetens admite (1775/1913) como correta, embora ainda indeterminada, a instrução dos filósofos ingleses, segundo a qual “*todos os conceitos gerais têm sua origem nas sensações. Portanto, deve-se reduzi-los novamente a estas últimas, isto é, procurar as sensações a partir das quais a força de pensar os extraiu*” (p. 48 – itálico no original).

Aqui, contudo, é fundamental considerarmos com atenção o modo particular de Tetens interpretar esta instrução. Segundo ele, esta instrução é verdadeira, assim como o princípio empírico em que se baseia, a saber, a afirmação de que todo conceito do entendimento tem sua matéria na sensação. Todavia, ela não deve ser interpretada como a afirmação de que todo conteúdo dos conceitos estão presentes quando são dadas apenas sensações, pois a observação simplesmente demonstra que a sensação é a primeira matéria-prima da razão na elaboração de representações, ideias e conceitos (1775/1913, pp. 48-50). Expresso em outros termos, isto significa afirmar que, para Tetens, o conteúdo dos conceitos gerais do entendimento é parcialmente derivado das sensações do objeto – matéria do conhecimento – e da própria atividade necessária e natural das faculdades anímicas – o modo como a alma compara, relaciona e modifica o elemento sensível.

Coerente com esta interpretação, encontramos a afirmação de que apenas uma quantidade ínfima de conceitos gerais – abstratos sensíveis e imagens gerais – são abstrações de representações sensíveis puras, que contêm simplesmente o que há de comum nos objetos admitidos unicamente a partir da sensação. A maior parte resulta, portanto, de representações

⁷ Para Tetens, são princípios ontológicos puramente formais, os princípios de contradição, de razão suficiente e de identidade. Entre os conceitos ontológicos que requerem a análise de sua possibilidade real, têm-se os conceitos de substância, realidade, causalidade, etc.

de objetos singulares que, embora tenham sua matéria fornecida pela sensação, são misturadas e modificadas pela imaginação (*Phantasie* ou *Einbildungskraft*), que, em alguns casos, age apenas segundo a lei de associação, e, em outros, segundo a força de criação espontânea (*selbstthätige Dichtungskraft*) do ato de pensar, que, por meio das faculdades de reflexão e de raciocínio (*Raisonnement*), decompõe, compara e compõe novas ideias (Tetens, 1775/1913, pp. 62-68).

Além de reconhecer que a diversidade concernente ao conteúdo dos conceitos gerais – segundo a diversidade das representações sensíveis e o modo como as faculdades anímicas articulam-nas em conceitos gerais –, encontra-se equivocada na análise de Locke, Tetens observa que a diversidade dos conceitos gerais quanto à sua generalidade e ao conjunto de objetos a que se referem – objetos corpóreos e intelectuais, e coisas em geral – permanece negligenciada, não só por parte dos filósofos empiristas, mas também pelos racionalistas, apesar de, às vezes, Leibniz e Wolff advertirem quanto à necessidade de separação entre o sensível e o inteligível, e de Kant insistentemente exigir a distinção entre conceitos puros do entendimento e conceitos oriundos da sensação (1775/1913, pp. 51-52).

Sem considerar que os conceitos gerais dividem-se em conceitos meramente gerais, que reúnem em si diferentes representações gerais de objetos particulares – como são, por exemplo, os conceitos de objetos corpóreos, cuja matéria provém das sensações externas, e os conceitos de objetos intelectuais, percebidos por meio do sentido interno (*innern Selbstempfindung*) –, e conceitos completamente gerais ou transcendentais, formados pela reflexão e independentes das particularidades do sentido externo e interno, que lhe serve inicialmente de matéria, Tetens observa que a formação dos conceitos transcendentais fica incompreensível, e que frequentemente os filósofos racionalistas cometem erros de transposição de conceitos de um gênero a outro (1775/1913, pp. 51-57).

Neste contexto de diversidade, obscuridade e confusão, encontradas entre muitas noções férteis da filosofia transcendente, Tetens assevera (1775/1913, pp. 45, 77) que a investigação psicológica do conhecimento humano é necessária, e deve preceder à especulação. Ele adverte:

Sem entrar aqui nas prescrições detalhadas, que se encontra por si mesmo com uma reflexão adequada, eu acrescento apenas o resultado geral do que foi dito, a saber: *a filosofia transcendente ou ciência fundamental precisa ser tratada, acima de tudo, como uma parte da filosofia da observação do entendimento humano e suas maneiras de pensar, dos seus conceitos e modos de formação dos mesmos, antes de poder tornar-se uma ciência racional geral dos objetos externos ao entendimento* (Tetens, 1775/1913, p. 72 – itálico no original).

Assim, passamos a entender o papel crucial que a psicologia empírica passa a exercer no projeto de reestruturação da metafísica de Tetens. A ela compete a tarefa de determinar, a partir da observação da natureza do entendimento humano, a origem das representações sensíveis, a formação, o conteúdo e a extensão dos conceitos gerais e transcendentais. Por meio da investigação psicológica do modo de pensar, Tetens acredita ser possível, por um lado, assegurar a distinção entre o sensível e o inteligível, indispensável para a compreensão da formação dos conceitos transcendentais, e correção e retenção dos erros de transposição de conceitos de um gênero a outro; e, por outro lado, estabelecer quais conceitos do entendimento são conceitos reais e quais são meramente ilusórios e fictícios, evitando tanto construções teóricas inconcebíveis quanto a introdução na observação de elementos da imaginação e da reflexão, que misturam e entrelaçam ideias às sensações (1775/1913, p. 64).

Em que pese, porém, a prioridade da investigação psicológica, devemos recordar que, na concepção de Tetens, para que um conhecimento seja filosófico, antes que meramente factual, os fatos empiricamente observados devem estar ligados a teorias gerais. Mais particularmente, não podemos deixar de notar que, no caso da doutrina da alma, Tetens reconhece o auxílio dos conceitos e princípios ontológicos como ainda mais imprescindível, ao novamente observar que ela dispõe de poucos princípios empíricos – especialmente quando comparada com a doutrina da natureza, entendida como um conhecimento filosófico mais amplamente experiencial que especulativo. Segundo ele, é precisamente em função da estreita ligação com a filosofia transcendente que a doutrina da alma, assim como a teologia natural, é designada como ramo da metafísica (1775/1913, pp. 24-25).

Com esta observação em mente, não podemos perder de vista que o interesse e o entusiasmo de Tetens em relação à investigação psicológica do entendimento humano de modo algum implicam o detrimento do conhecimento especulativo ou sua redução ao empírico, uma vez que a psicologia empírica não é um mero conhecimento histórico nem uma disciplina epistemologicamente autônoma e independente da ontologia. A este respeito, cabe ressaltar que, nos dois ensaios analisados, encontramos a psicologia empírica em um contexto comparável. Ou seja, ela é sempre compreendida como uma disciplina histórico-filosófica, que mantém uma filiação à metafísica.

Portanto, ao comparamos a relação entre a psicologia empírica e o pensamento filosófico de Tetens nos ensaios de 1760 e 1775, observamos, neste último, uma enunciação mais clara de seu posicionamento no sistema metafísico. É precisamente nesta direção que compreendemos a afirmação anterior de que o escopo da psicologia empírica em relação à metafísica em geral é significativamente maior do que o explicitamente mencionado no ensaio

de 1760. Em 1775, é expressamente conferido à psicologia empírica um papel vital para a atividade filosófica, na medida em que a investigação da origem e formação dos conceitos do entendimento corresponde à base inicial e empírica da metafísica, sob a qual o conhecimento mais elevado possível, como é o caso da ontologia, deve se apoiar. Ora, se a disciplina mais abstrata da metafísica, que fornece noções gerais a todas as outras disciplinas filosóficas, não pode prescindir de uma investigação psicológica, quando a questão a ser considerada é a realidade objetiva e a evidência dos seus conceitos e princípios, então nos parece justo concluir que, além de preceder o conhecimento racional na doutrina da alma, e servir de fundamento seguro para a filosofia prática, a psicologia empírica está notadamente a serviço da metafísica em geral.

Conforme afirmamos inicialmente, não faz parte de nossa pretensão estabelecer o pleno desdobramento do pensamento filosófico de Tetens que antecede a publicação dos *Ensaio Filosóficos*. Contudo, com a análise destes dois ensaios anteriores a 1777, esperamos ter deixado claro que o compromisso inicial de Tetens em estabelecer uma relação de mútua complementaridade epistemológica entre o conhecimento empírico e o racional, diretamente decorrente de seu compromisso inicial com a tradição metafísica leibniz-wolffiana e sua estima pelos estudos empíricos ingleses, se faz presente, desde o início, na maneira como compreende o modo de proceder da psicologia empírica. A este respeito, com base nas discussões desenvolvidas nos capítulos subsequentes, poderemos verificar que, ao contrário do que consta em parte da literatura secundária, também nos *Ensaio Filosóficos* Tetens mantém-se fiel ao método empregado por Locke na observação das modificações e ações anímicas, acreditando que este é o método por excelência da investigação psicológica das faculdades anímicas, sem, contudo, desarticulá-lo da análise racional.⁸

Além disso, veremos que há mais dois pontos de continuidade no pensamento de Tetens – pelo menos em relação às obras analisadas. Esta continuidade diz respeito tanto à sua concepção de psicologia empírica quanto à sua convicção de que o conhecimento sobre a natureza humana por meio da investigação psicológica das faculdades anímicas e do seu princípio de atividade deve preceder e fundamentar a atividade filosófica, especialmente a

⁸ Como precisamente observa Thiel (1997), em Locke, o conhecimento das atividades anímicas ocorre por meio do sentido interno (*inner sense*) – referido também como ‘reflexão’ (*reflection*). Contudo, em sua influência sobre a Alemanha, estes dois termos não foram identificados, uma vez que, na tradição filosófica alemã, a reflexão é compreendida como a capacidade intelectual de relacionar ideias. Assim, é importante notarmos que, quando Tetens refere-se à investigação psicológica realizada por Locke, ele sempre a entende a partir do termo ‘sentido interno’. A este respeito, cabe aqui frisar que, nos três ensaios analisados, Tetens menciona o termo ‘sentido interno’ a partir de diferentes palavras: *innere Empfindung* (p.ex., 1760, §11, p. 23, 1775/1913, pp. 52, 46); *innern Sinn* (p.ex., 1777/1913, p. xvii); *innere Selbstempfindung* (p.ex., 1775/1913, p. 53), e *Selbstgefühl* (p.ex., 1775/1913, p. 60, 1777/1913, p. 338).

metafísica. Retomaremos esse último ponto apenas no terceiro capítulo, quando discutiremos a função da psicologia empírica nos *Ensaio Filosóficos*. Os outros dois pontos – referentes ao método de investigação psicológica e ao estatuto da psicologia empírica – ficarão mais claros quando analisarmos as principais considerações de Tetens acerca da delimitação e caracterização da psicologia empírica nos *Ensaio Filosóficos*, o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A PSICOLOGIA EMPÍRICA NOS *ENSAIOS FILOSÓFICOS*: CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU OBJETO E MÉTODO

Como afirmamos anteriormente, em 1760 e 1775, Tetens está longe de preocupar-se em separar as partes empírica e racional da doutrina da alma, libertando a psicologia empírica de conceitos ontológicos, uma vez que tenta salvaguardar o valor da tradição metafísica alemã, conciliando-a com a tradição empírica inglesa. Neste contexto, a psicologia empírica é, na ordem geral das disciplinas metafísicas, a parte inicial e experiencial da doutrina da alma e da ontologia. Em 1777, no Prefácio dos *Ensaio Filosóficos*, Tetens novamente assevera que observações rigorosas sobre a natureza da alma humana podem fornecer uma demonstração da “exatidão dos princípios da psicologia metafísica” e cessar “os ataques à razão especulativa” (1777/1913, pp. xiv-xvi). Contudo, ao lado da relevância da investigação psicológica, encontramos pela primeira vez uma extensa e reiterada crítica à metafísica. Na verdade, não é uma objeção ao conhecimento metafísico propriamente dito, mas sim ao uso de especulações metafísicas como ponto de partida para as investigações psicológicas, como ocorre, segundo Tetens, na “nova psicologia” – antropologia fisiológica –, que extrapola o sólido amparo dos dados factuais e perde-se em hipóteses e conjecturas não confiáveis, ao tentar explicar as atividades anímicas em termos de modificações, propriedades e organizações cerebrais, sem que haja alguma clareza sobre estas últimas (pp. iv-xvi).⁹

Sua firme defesa do método psicológico e sua insistente recusa em iniciar a investigação psicológica com qualquer hipótese metafísica ou com o tratamento dedutivo de conceitos e princípios têm gerado controvérsia sobre o lugar que a psicologia empírica ocupa nos *Ensaio Filosóficos*. Conforme mencionamos na introdução deste trabalho, há, de um lado, autores que interpretam as investigações empírico-psicológicas nos *Ensaio Filosóficos* como uma ruptura com as especulações metafísicas precedentes e com o compromisso inicial

⁹ Encontramos um claro exemplo disto na seguinte passagem: “O desejo de conceber as características anímicas como mudanças cerebrais fez com que alguns observadores mais recentes não percebessem certas coisas nas leis do pensamento, que não teriam escapado à sua sagacidade, se não tivessem visto esta parte de nosso interior a partir da desvantajosa posição de uma hipótese” (Tetens, 1777/1913, p. xv).

de oferecer à metafísica um fundamento sólido em princípios lógico-ontológicos (Beck, 1969; Villa, 1903); de outro, encontramos a tese de que a posição proeminente conferida à psicologia empírica está em continuidade com as obras anteriores, na medida em que Tetens ainda se esforça para articular o conhecimento empírico e o racional, não se restringindo, portanto, ao âmbito da filosofia da observação (Hauser, 1994; Sommer, 1892; Sellhoff, no prelo).

Nossa afirmação anterior – de que há uma continuidade entre os *Ensaaios Filosóficos* e os escritos de 1760 e 1775, especialmente no que concerne à concepção da investigação psicológica e à sua função na atividade filosófica – aproxima-se desta última interpretação. Porém, para demonstrarmos a sua plausibilidade, consideramos necessário empreender primeiramente uma análise do objeto e método da psicologia empírica nos *Ensaaios Filosóficos*. Para tanto, vamos nos restringir a apresentar a proposta de psicologia empírica de Tetens em seus aspectos descritivos e explicativos – caracterização das atividades anímicas, exposição de leis e princípio anímico fundamental –, e a caracterizar seu método analítico de observação, mais particularmente, a auto-observação ou introspecção (*Selbstgefühl*).¹⁰ Sendo assim, nosso intuito aqui não é de modo algum fornecer uma apresentação exaustiva de toda a diversidade de temas psicológicos presentes nesta obra – p.ex., linguagem, memória, percepção, consciência, vontade, sentimento, desenvolvimento, etc.

2.1 Delimitação e Caracterização da *Erfahrungsseelenlehre*

Ainda que nem sempre seja possível encontrar uma preocupação da parte de Tetens em explicitar um encadeamento sistemático dos diversos temas abordados nos *Ensaaios Filosóficos*, entendemos – diferentemente de alguns comentadores, como Beck (1969), Harms (1878) e Hauser (1994) – que grande parte das discussões desenvolvidas ao longo desta obra

¹⁰ O termo '*Selbstgefühl*' tem dois significados amplamente divulgados no contexto filosófico alemão do século XVIII. Um significado avaliativo, que designa um sentimento claro e evidente da própria disposição moral, e um cognoscitivo, introduzido na filosofia alemã, em 1764, por J. B. Basedow (1724-1790), quando, ao traduzir o termo lockeano '*inner sense*' por '*Selbstgefühl*', o emprega para designar a faculdade de perceber os próprios atos e estados internos. (Frank, 2002; Thiel, 1997). Tendo em vista que, em Tetens, '*Selbstgefühl*' é utilizado nesta segunda acepção – uma auto-relação epistêmica –, e considerando a dificuldade de tradução deste termo, optamos por traduzi-lo por introspecção ou auto-observação – um termo recorrente na literatura, que diz respeito ao método da psicologia empírica nos séculos XVIII e XIX. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que, nas obras analisadas, além de se referir ao seu método de investigação psicológica (p.ex., Tetens, 1777, pp. iii-iv), '*Selbstgefühl*' é usado para designar a própria faculdade sensitiva interna (sentido interno) – que também é referida pelos termos: '*innern Sinn*', '*innere Empfindung*'; '*innere Selbstempfindung*', como observamos no final do capítulo anterior (ver nota 8). Em nossa exposição, para evitarmos uma duplicidade de sentido, '*Selbstgefühl*' designa apenas o método de investigação psicológica utilizado por Tetens.

configura-se de forma coerente e compreensiva. Deste modo, em nossa exposição, sustentamos uma estreita continuidade entre os quatro ensaios iniciais do primeiro volume, em que Tetens empreende uma investigação sucessiva e separada das atividades cognoscitivas – representação, sensação, consciência e pensamento, respectivamente –, e os seus três ensaios finais, cujo cerne é a discussão da natureza fundamental da alma.

O fato de que estas investigações das atividades cognoscitivas são parte do procedimento de análise da natureza fundamental da alma evidencia-se quando notamos, no último ensaio, a afirmação de que a determinação da força fundamental (*Grundkraft*) ou faculdade original (*ursprüngliches Vermögen*) da alma constitui a principal questão a ser respondida pela psicologia (1777/1913, pp. 730-733). Evidencia-se, igualmente, quando observamos a própria prescrição metodológica de Tetens – afirmada no Prefácio (pp. iii-v, xxx-xxxii) e posteriormente recordada na introdução dos demais ensaios (p.ex., pp. 7, 166, 295-296, 591-592) –, segundo a qual é necessário observar prévia e individualmente cada uma das ações anímicas, antes de compará-las e avaliá-las, a fim de determinar com segurança seu princípio fundamental. Portanto, o ponto de partida de Tetens é o exame empírico das várias manifestações anímicas – sentir, representar, imaginar, perceber, pensar, querer, etc. –, no intuito de determinar em que medida essa diversidade deve ser atribuída a fatores externos – p.ex., diferenças nas circunstâncias e objetos, sobre os quais a alma se dirige – e internos – p.ex., princípios separáveis e distintos.¹¹

Esta prescrição metodológica traz importantes implicações para a delimitação do domínio psicológico, na medida em que através dela Tetens sinaliza o significado que a investigação da alma assume em sua obra. Esta investigação, ele elucida, não se refere à alma considerada em sentido metafísico, mas sim, à alma em sentido psicológico ou à natureza anímica do homem:

Admitida no sentido psicológico, *a alma humana é o Eu, que podemos observar e sentir com a nossa auto-observação*. Ele pode consistir apenas em um ser simples e imaterial ou pode ser composto por este e mais um órgão corpóreo interno do sentido e do pensamento; ou ainda, para não excluir nenhum sistema psicológico, pode ser nada mais do que o próprio corpo interno organizado. Enfim, *ele é a coisa que sente, pensa e quer*, o próprio homem interior. Este último tem seu caráter e suas particularidades, sobre os quais se pode filosofar segundo a instrução da

¹¹ Esta regra em seu procedimento parece ser um aspecto que escapou a Beck (1969), pois este avalia a divisão das faculdades anímicas em Tetens como um conjunto variável e complexo de distinções: 1) tripartição da alma em faculdades intelectual, volitiva e afetiva; 2) divisão da alma em receptividade e atividade; 3) afirmação de uma faculdade fundamental. Também entre os autores que destacam a tripartição da alma como o aspecto mais proeminente dos *Ensaaios Filosóficos* – p.ex., Klein (1970); Carus (1808); Bell (2005) –, ela parece não estar adequadamente compreendida.

experiência, sem se referir àquela especulação teórica sobre a natureza da substância anímica. (Tetens, 1777/1913, p. 740 – itálico meu)

Nesta passagem, encontramos elementos determinantes para a nossa análise. Diferentemente das duas obras anteriormente consideradas, em que nos deparamos apenas com uma definição geral de psicologia – entendida sempre como doutrina da alma –, Tetens anuncia aqui uma definição mais clara e precisa da psicologia empírica, quando afirma que a ela interessa o estudo da alma por meio da introspecção ou da auto-observação através da faculdade sensitiva interna. Assim, à psicologia empírica cabe a tarefa de fornecer um conhecimento sobre a alma através da observação das mudanças anímicas que a própria alma produz em si e experimenta quando realiza seus atos de sentir, representar, pensar, desejar, imaginar, etc. Portanto, neste momento, podemos entender a psicologia empírica como a ciência da experiência interna ou do eu empírico.

Além disso, ao guardar certa neutralidade em relação às discussões ontológicas sobre a essência da alma – que pode referir-se a uma substância simples e imaterial, a uma matéria dotada de alma ou ainda reduzir-se a processos neurofisiológicos –, Tetens salvaguarda a autoridade da investigação psicológica, dispensando qualquer fundamentação teórica *a priori*. Todavia, esta primazia da investigação psicológica em relação à especulação metafísica não parece implicar uma autonomia da psicologia empírica, no sentido de ser uma disciplina separada da atividade filosófica, como podemos verificar ao examinarmos mais de perto o método analítico de observação admitido por Tetens.

À semelhança do que ocorre na doutrina da natureza, a psicologia empírica deve se servir do método analítico – que parte não de definições e postulados, mas, ao contrário, de experiências imediatas seguras – e proceder indutivamente, buscando na experiência as leis segundo as quais as ações e mudanças anímicas sucedem. Deste modo, a investigação empírica da alma deve basear-se na correta observação do que é característico a cada faculdade anímica e no empreendimento posterior de análise e comparação das observações particulares, a partir do qual serão formulados princípios empíricos gerais. Indicações mais precisas sobre este procedimento são fornecidas pelo próprio Tetens (1777/1913) logo no Prefácio dos *Ensaio Filosóficos*:

Considerar as modificações da alma tais como elas são conhecidas através da auto-observação; percebê-las e observá-las cuidadosamente, repetidas vezes, alterando as condições; notar o seu modo de formação e as leis de ação das forças que elas geram; em seguida, comparar e analisar as observações para, a partir daí, buscar as faculdades e os tipos de atividade mais simples, bem como suas relações

recíprocas; essas são as tarefas mais essenciais da análise psicológica da alma, que se baseia na experiência. Esse é o método da doutrina da natureza, o único que nos mostra as atividades da alma e suas inter-relações como elas realmente são, e nos permite ter a esperança de encontrar princípios fundamentais, a partir dos quais seja possível deduzir com certeza as suas causas e, em seguida, estabelecer algo certo – que seja mais do que mera suposição – sobre a natureza da alma, entendida aqui como sujeito das manifestações observadas. (p. iv)

Embora admita algumas dificuldades na investigação psicológica, Tetens está convicto da viabilidade de todas as suas etapas – introspecção, análise e generalização – e da fidedignidade dos seus resultados, ressaltando apenas alguns procedimentos necessários à correção e à redução das fontes de imprecisão. A este respeito, encontramos sua menção à limitação inerente à introspecção, quando reconhece que as ilusões (*Blendwerken*) são sempre mais abundantes no sentido interno que no externo. Para resguardar-se desta dificuldade, Tetens julga eficaz recorrer à repetição sistemática da mesma observação, tanto em condições semelhantes quanto distintas, e à firme disposição do observador de apenas perscrutar-se por meio da faculdade sensitiva, antes que com o pensamento ou a razão (*ausfühlen*), agindo, portanto, com cautela e restrição em relação à sua própria faculdade de imaginação reprodutiva (*Phantasie* ou *Einbildungskraft*) e criativa (*bildende Dichtkraft*), que, em suas ações, podem acrescentar novos elementos às sensações (1777/1913, pp. xvi-xix).

Com estes cuidados na realização da introspecção, Tetens afirma ser necessário precaver-se ainda contra equívocos no procedimento de generalização. Neste contexto, ele esclarece que, embora a introspecção forneça um conhecimento seguro, ela mostra-se insuficiente, na medida em que se limita a fatos particulares, sendo indispensável para a “robustez” do método analítico de observação uma correta generalização das proposições empíricas particulares. Todavia, para que esta “mais nobre operação” seja um procedimento preciso e adequado, isto é, para que as conclusões gerais sejam mais do que suposições fantasiosas, a generalização precisa ser regulada pela experiência. Neste sentido, antes de estender para todo o gênero aquilo que foi observado em casos singulares, Tetens adverte quanto à necessidade de sempre se obter uma grande quantidade de dados empíricos – o mais extensivamente possível –, para que, através de sua comparação, as semelhanças sejam percebidas em sua completa extensão ou em relação às qualidades mais essenciais, ocasionando um conhecimento certo e seguro; ou, pelo menos, para que as semelhanças em respeito a algumas partes observadas possam ser confirmadas e um conhecimento provável seja adquirido por meio de analogias (1777/1913, pp. xix-xxi).

Aqui, não podemos deixar de notar que o ponto de vista de Tetens em relação ao auxílio de conceitos e princípios metafísicos na realização de comparações e generalizações de observações e proposições particulares parece ser o mesmo de 1760 e 1775. Isto fica especialmente claro quando o próprio Tetens faz questão de esclarecer que, nas conclusões por analogia – casos em que, segundo ele, a semelhança detectada entre algumas propriedades é estendida e transferida às demais, sem que uma ligação entre elas seja evidente –, o uso de considerações gerais a respeito da natureza das coisas e da relação entre as suas propriedades – p.ex., a afirmação de que as coisas divergem apenas em sua grandeza, sendo idênticas em suas qualidades absolutas – orienta a generalização, ainda que não dispense o trabalho de observar cuidadosamente as circunstâncias sobre as quais são empregadas (1777/1913, pp. xxii-xxv). A este respeito, o seguinte trecho sintetiza sua visão:

Em cada um dos exemplos particulares há fundamentos gerais e especiais da analogia. Para captá-los em sua completude, a especulação metafísica serve como o primeiro olho e a observação da natureza, como o segundo, ainda que este último seja o mais bem preparado, o único com o qual se vê na maior parte das vezes. É claro que os lógicos e os metafísicos realmente prepararam o caminho para isto através de suas considerações gerais, e eu queria apenas lembrar de passagem que seus esforços não devem ser vistos como completamente insignificantes. (Tetens, 1777/1913, pp. xxiii-xxiv)

Também em relação à investigação psicológica é importante notar que a atitude prudente e cuidadosa de Tetens, com o firme propósito de evitar a interferência de conceitos e hipóteses na realização da introspecção, não significa uma recusa irrestrita de conceitos e princípios metafísicos, como fica explícito na passagem abaixo:

Por mais cuidadoso que eu tenha sido para evitar a interferência de hipóteses nas proposições empíricas, nem por isso me abstive de tirar conclusões e raciocínios a partir das observações, e de ligá-las por meio deles. Também me permiti algumas vezes fazer uso de considerações gerais. As experiências sempre devem ser separadas dos raciocínios empregados sobre elas, mas aqui há uma permissão maior para misturá-los, visto que, na psicologia, ainda não se está tão habituado à simples enumeração dos acontecimentos, como na doutrina da natureza. De certa forma, aqui também é mais difícil de separar tão rigorosamente os raciocínios. Se uma completa reformulação da doutrina da alma tornasse novamente necessário seguir mais precisamente o método da doutrina da natureza, não pode ser de antemão prejudicial que se raciocine e se observe simultaneamente. Por fim, são as reflexões e conclusões que certamente tornam utilizáveis as observações simples, e sem aquelas nós teríamos que nos restringir para sempre à superfície exterior das coisas. (Tetens, 1777/1913, pp. xxix-xxx)

Nesta passagem, tomando como base a doutrina da natureza, Tetens apresenta uma caracterização da psicologia empírica que, em muitos aspectos, converge para a concepção apresentada nos escritos de 1760 e 1775. Assim, ele novamente observa que, na investigação psicológica, o conhecimento especulativo está mais estreitamente articulado com o experiencial, reafirmando que o auxílio de raciocínios e reflexões lhe é indispensável, e concebe a psicologia empírica como um conhecimento histórico-filosófico, antes que uma mera enumeração e descrição de fatos desarticulados.

É exatamente neste contexto que encontramos as evidências textuais necessárias para fundamentar parte de nossa afirmação anterior – a de que não há nenhuma modificação vital no modo como Tetens concebe a investigação psicológica nas três obras analisadas, ou seja, a primazia do método introspectivo não implica que a psicologia empírica não seja mais vista como uma disciplina metafísica. Sem abandonar seu explícito compromisso de basear-se em observações imediatas, entendidas como único ponto de partida confiável, Tetens não se abstém de posteriormente, na etapa de generalização, fazer uso de hipóteses e considerações gerais para articular estas observações, desde que os raciocínios sejam evidentes por si mesmos ou ratificados pela experiência (Tetens, 1777/1913, p. xxx). Ora, se neste momento tivermos o cuidado de entender seu método em suas etapas distintas, porém contínuas e complementares, torna-se evidente que a defesa da primazia da introspecção não implica de modo algum exclusão ou detrimento do valor das proposições metafísicas, mas unicamente uma prescrição metodológica de não admiti-las sem o prévio e cuidadoso exame de sua concordância com as observações.¹² Se nossa leitura for plausível, então, em 1777, a única novidade concernente ao método analítico de Tetens diz respeito a uma exposição mais sistemática das particularidades de cada etapa e das condições necessárias para a sua correta realização.

Ainda em relação à íntima ligação entre o conhecimento racional e o empírico na investigação psicológica, cabe ressaltar que esta constatação por parte de Tetens não parece expressar pura e simplesmente a existência de dificuldades na aplicação do método da ciência da natureza ao estudo da alma, como nos faz crer a interpretação de Vidal (2006). Não obstante reconheça que o “espírito sistemático” – tanto quanto a imaginação – possa distorcer a introspecção, ocasionando uma confusão entre raciocínio e observação, Tetens anuncia, logo em seguida, que, a respeito dos raciocínios e reflexões, não espera apresentar nada

¹² Neste ponto, afastamo-nos da interpretação de que, nos *Ensaio Filosóficos*, a primazia da introspecção significa que Tetens apoia-se unicamente na investigação empírica da alma, anulando ou removendo qualquer relação com a especulação metafísica (Brett, 1921/1953; Pillsbury, 1929; Villa, 1903).

efetivamente diferente do que acredita, a saber, “que eles e seus fundamentos seriam tão evidentes quanto as próprias observações” (1777/1913, p. xxx).

A aparente inconsistência nestas afirmações se desfaz quando, ao lado da prescrição metodológica já discutida, recordamos que também nos *Ensaio Filosóficos* – como mencionado na introdução deste capítulo – Tetens conserva sua estima pela filosofia alemã, ao afirmar que a crise do conhecimento metafísico poderá encontrar sua solução junto à investigação empírica da natureza anímica, contanto que esta demonstre a precisão e objetividade dos seus conceitos e princípios. Antes, porém, de prosseguirmos na análise da questão concernente à função que o conhecimento psicológico desempenharia em relação à metafísica, é necessário apresentarmos as principais considerações de Tetens a respeito da natureza anímica do homem e das particularidades do método introspectivo, pois elas estão pressupostas em suas discussões acerca da objetividade do conhecimento metafísico.

2.2 O Princípio Fundamental da Alma e as Suas Faculdades

Tendo esclarecido o objeto de estudo da psicologia empírica e indicado o caminho para a realização da sua investigação, parece-nos agora apropriado apresentar as principais observações de Tetens relativas à natureza da alma humana e às suas faculdades. Neste ponto, devemos recordar que, na investigação psicológica, a alma é conhecida através das modificações ocasionadas por suas próprias ações de sentir, representar, pensar, querer, etc. Porém, como estas ações não são um efeito imediato da faculdade original, mas ações que pertencem a faculdades derivadas – isto é, a faculdades que se manifestam quando a alma já atingiu um elevado grau no seu desenvolvimento, após sofrer muitas mudanças –, Tetens afirma que nenhuma delas pode ser considerada como a essência da alma, pois fica indefinido se resultam exclusivamente por meio da elevação da força presente na faculdade já desenvolvida ou se derivam também da mistura de faculdades distintas (1777/1913, pp. 719-724). Em outras palavras, isto significa dizer que empiricamente a natureza última da alma é incognoscível:

Não conhecemos a força fundamental da alma porque não temos nenhuma ideia sobre os primeiros efeitos originários da sua força natural. O sentir é apenas a primeira manifestação que conhecemos. Podemos dizer que a força fundamental da alma seria a mesma realidade absoluta que se desenvolve até certo grau, sente e pensa. Mas que tipo de faculdade natural ela possui; para que tipos de atividade ela foi feita enquanto existir; se e em que medida estas atividades distinguem-se das

atividades de outros elementos; sobre isto não sabemos nada além de que sua força fundamental contém em si o germe do sentir. (Tetens, 1777/1913, p. 737)

No entanto, ainda que a essência da alma seja algo que não possa ser decidido com base na experiência, Tetens afirma que a análise e a comparação das faculdades ensinam que todos os atos anímicos manifestam-se segundo um único princípio, a saber, o princípio da espontaneidade. Por um lado, este princípio significa dizer que, mesmo quando as manifestações dos atos anímicos precisam ser precedidas por um estímulo, encontra-se na alma um poder intrínseco (*Selbstmacht*), sobre o qual se fundamenta tanto a sua suscetibilidade às impressões sensíveis quanto as suas faculdades mais ativas – p.ex., sua capacidade de suscitar representações na ausência das circunstâncias e objetos que as ocasionaram anteriormente; de estabelecer relações entre as representações; de produzir mudanças em seu estado interno e movimentos no corpo, etc. (Tetens, 1777/1913, pp. 730-731, 753, 758).

Por outro lado, este princípio implica em pensar as distintas manifestações da alma – tanto a diversidade de ações encontrada no interior das faculdades quanto a distinção das faculdades entre si – com base em diferentes graus de espontaneidade e conforme a direção que ela assume ao ser estimulada pela sensação (Tetens, 1777/1913, pp. 616-617, 636-637). Isto está claramente expresso na lei empírica geral referente à relação das atividades anímicas, segundo a qual “toda sensação estimula a força anímica a uma manifestação de uma faculdade qualquer e produz a atividade real quando sua força possui internamente o grau de intensidade exigido para isto” (Tetens, 1777/1913, p. 616).

Para termos uma ideia mais precisa das especificidades das faculdades anímicas, e entendermos como elas expressam a espontaneidade interna da alma sob modos e medidas diferentes, é necessário esclarecer primeiramente como Tetens compreende a faculdade sensitiva, ao afirmar que as modificações sofridas pela alma podem ser sentidas como sensações indiferentes (*gleichgültige Gefühlen*) e sensações comovedoras (*afficirende Gefühlen*, referidas também como *Empfindniße* ou *Rührungen*).¹³ Pelas primeiras, Tetens

¹³ Em nossa exposição, seguimos a intenção inicial de Tetens de nomear a faculdade sensitiva de *Gefühl*, embora ele mesmo só priorize o uso deste termo em sua última comparação das faculdades anímicas, quando considera as faculdades sensitiva, intelectual e volitiva. Aqui, deve estar claro, portanto, que o termo ‘*Gefühl*’ não se restringe ao seu sentido atual – sentimento –, caracterizado pela referência ao sujeito que sente, em contraposição à sensação (*Empfindung*), que está relacionada ao objeto. Inicialmente, Tetens apresenta uma distinção entre os termos ‘*Empfindung*’ – que diz respeito às sensações claras que apontam para o objeto sentido – e ‘*Gefühl*’ – que designa as impressões ou mudanças sentidas, sem que por seu meio seja conhecido um objeto particular (1777/1913, pp. 166-169). No entanto, ao longo de sua obra, os termos ‘*Gefühl*’ e ‘*Empfindung*’ são utilizados indistintamente para designar à sensação indiferente ou à faculdade sensitiva em sua função cognoscitiva, em contraposição à sensação comovedora, que é sempre referida como ‘*Empfindniß*’. Apenas a

designa as modificações anímicas que têm uma referência objetiva, ou seja, modificações que, em função de sua clareza e moderada intensidade, estimulam a faculdade de representação e o pensamento, desenvolvendo-se até uma ideia clara e distinta de um determinado objeto. Já as segundas são, em geral, modificações mais intensas e confusas, que implicam uma referência subjetiva, na medida em que resultam não só das qualidades das impressões sensíveis em si, mas também da sua relação com o estado anímico (capacidades, inclinações, disposições, etc.), sendo sentidas como alterações ou atividades da própria alma, segundo o modo agradável ou desagradável com que a afetam. Portanto, estas sensações diferem daquelas por terem um caráter afetivo e uma função volitiva, antes que puramente intelectual (Tetens, 1777/1913, pp. 166-167, 214-216, 632-633).¹⁴

Aqui, devemos notar que, apesar da sensibilidade desempenhar um importante papel na vida anímica em geral, já que a partir dela desenvolvem-se as atividades intelectivas e volitivas, Tetens não pretende afirmar que tudo no conhecimento ou tudo que instiga a alma a agir provém exclusivamente dos sentidos e da experiência. Seu interesse é unicamente ressaltar que o ato de sentir precede e estimula as faculdades anímicas mais complexas na devida ocasião. Até o final desta seção, esclareceremos isto, especialmente quando mencionarmos a distinção entre matéria e forma do conhecimento.

No que concerne à função intelectual, devemos notar que, embora a especificidade da faculdade sensitiva repouse em sua receptividade, ela não é plenamente identificada com a capacidade de ser passivamente afetada pelas impressões dos objetos. Tomando como base suas observações e experimentos sobre os processos sensório-perceptuais – mencionados na próxima seção –, Tetens verifica que, não só por meio de um ato receptivo, mas também espontâneo, resultam vestígios (*Spuren*) das modificações sensíveis na alma, que perduram alguns milissegundos após a ação do objeto que os ocasionou ter cessado (1777/1913, pp. 161-162, 22-23, 32-36). Estes pós-efeitos da sensação (*Nachempfindungen*) são apreendidos e conservados como primeiras representações sensíveis por meio da faculdade de representação. E ainda por meio da atividade representativa, estas primeiras representações são renovadas – independentemente da ação dos objetos que as ocasionaram anteriormente – e combinadas em

sensação comovedora – referente à faculdade sensitiva em sua função afetiva – pode ser entendida como correspondente ao que hoje denominamos de ‘*Gefühl*’, como bem observa Lorsch (1906).

¹⁴ Contudo, essa diferenciação não significa uma completa separação entre as atividades afetiva, volitiva e intelectual. Tetens reconhece, por exemplo, que, no sentimento de verdade ou falsidade – em que sentiríamos uma aprovação ou rejeição das representações, antes de sermos levados à aprovação ou à rejeição definitiva por meio do escrutínio da razão – reúnem-se a faculdade de sentir, em seu aspecto afetivo, e o entendimento – faculdades de representação e pensamento. Da mesma forma, a vontade e a faculdade de representação reúnem-se na execução de ações intencionais.

novas representações, originando representações sensíveis – ou imagens (*Phantasmata* ou *Einbildungen*) – reproduzidas (*Wiedervorstellungen*) e gerais (Tetens, 1777/1913, pp. 105-107).

Junto a estas duas últimas ações da faculdade de representação, Tetens especifica – de modo mais preciso que no escrito de 1775 – os efeitos da capacidade imaginativa, distinguindo os que sucedem segundo a lei da associação – imaginação reprodutiva (*Phantasie* ou *Einbildungskraft*) – ou a espontaneidade interna da alma – imaginação criativa (*bildende Dichtkraft*). Tendo em vista o tratamento dado à lei de associação em Locke, Tetens preocupa-se em esclarecer que esta lei é um princípio psicológico importante, mas de modo algum é o único princípio explicativo da vida anímica. Segundo ele, somente quando a imaginação reprodutiva atua sozinha é que as imagens são reproduzidas conforme a lei de associação, isto é, reúnem-se sucessivamente segundo a ligação temporal em que os objetos apareceram anteriormente na sensação, agrupando-se por semelhança em virtude da repetição de sensações (1777/1913, pp. 108-114).

Diferentemente desta primeira atividade imaginativa, em que as representações evocadas assemelham-se às impressões sensíveis – exceto em sua vivacidade e força, que são atenuadas –, Tetens afirma que, pela ação da imaginação criativa, surgem representações simples que, embora sejam formadas a partir da matéria das impressões sensíveis, apresentam algo novo – em sua configuração (*Gestalt*), grandeza, etc. –, não comparável ou redutível aos seus elementos considerados individualmente, como claramente demonstram as observações sobre a composição das cores na doutrina da natureza (1777/1913, pp. 120-126). Deste modo, quando se acrescenta a ação da imaginação criativa na renovação das representações, a sequência e a organização das representações não são compreensíveis segundo as relações de contiguidade e similaridade anteriormente sentidas, mas, ao contrário, segundo relações sensíveis fictícias, isto é, relações produzidas pela própria alma, que tende a combinar as representações iguais ou semelhantes, percebendo-as como uma representação geral simples, e a decompor a representação composta (*vielfassende*), tomando-a como representações singulares simples (Tetens, 1777/1913, pp. 136-140).

Nesta distinção, já podemos observar um ponto inicial na diferenciação entre a matéria e a forma do conhecimento. A este respeito, devemos estar atentos para o fato de que, quando Tetens caracteriza a representação como uma modificação anímica diretamente referente à sensação precedente, seu intuito é afirmar que a constituição material da

representação encontra-se nas modificações anímicas anteriores.¹⁵ Aqui, em um contexto comparável ao de 1775, ele observa a necessidade de determinar o significado da proposição ‘todas as representações resultam da sensação’, que só se torna verdadeira quando interpretada em sentido preciso, isto é, quando se considera a diferença entre matéria e forma do conhecimento:

Não se pode descuidar dela (a força de representação – acréscimo meu), se o princípio de que todas as representações resultam de sensações – tão frequentemente compreendido de modo insuficiente e incorreto – deve ser afirmado em seu sentido preciso em que é verdadeiro. Aqui, eu não falo ainda das ideias como ideias, segundo sua forma, na medida em que há consciência e distinção; mas apenas de sua matéria, isto é, das modificações da alma, que para nós são sinais naturais dos objetos e suas propriedades [...]. A partir do precedente torna-se evidente em que sentido e até que ponto se pode dizer que as representações são, de acordo com sua origem, sensações ou representações sensíveis. De fato, sua matéria-prima, a partir da qual todas elas – sem exceção – são feitas e originadas, está contida nas representações sensíveis puras [...]. A imaginação criativa não pode criar nenhum elemento e nenhuma matéria-prima, [...]. Ela pode apenas separar, decompor, ligar, misturar, mas, desta forma, pode de fato produzir novas imagens, que são representações simples em relação à nossa faculdade de distinção. (Tetens, 1777/1913, pp. 138-139)

Apesar de reconhecer que, ao produzir novas representações simples, o ato imaginativo já é uma expressão visível da espontaneidade da alma, Tetens faz questão de esclarecer que seu efeito ainda não corresponde a todo o poder interno da alma ou, como mencionado na citação acima, ainda não é propriamente o efeito mais essencial do pensamento, que transforma as representações em ideias claras e distintas, e lhes acrescenta as formas do pensamento – entendidas como relações estabelecidas entre as ideias, como p.ex., identidade, diversidade, causalidade, etc. Para Tetens, mesmo que se encontre na experiência a matéria de todo pensamento – representação sensível –, as relações são restritas ao pensamento¹⁶, não sendo obtidas, portanto, por meio dos sentidos, cujo objeto imediato é

¹⁵ Em resumo, a série de modificações anímicas – distintas entre si em função de graus de intensidade, duração e atividade anímica – poderia ser assim apresentada: sensação, qualificada como uma modificação passiva, imediata e existente sem o esforço espontâneo da alma; pós-efeito da sensação ou modificação mais persistente, sobre a qual atua a faculdade representativa, produzindo uma representação sensível, que, por sua vez, pode ser reproduzida ou reconfigurada pela ação da imaginação.

¹⁶ Neste contexto, merece ser sublinhado o fato de Tetens compreender a advertência apresentada por Leibniz a Locke – a saber, a insistência de que a “regra aristotélica, nada está no intelecto que não esteve antes no sentido”, deve ser aceita com um adendo: “exceto o próprio intelecto” (1777/1913, p. 328) – como um mal-entendido, antes que uma real oposição em suas concepções sobre a origem do conhecimento humano. Como observamos no final do capítulo anterior (ver nota 8), Tetens não considera os termos lockeanos ‘reflexão’ (*reflection*) e ‘sentido interno’ (*inner sense*) como tendo o mesmo significado. Ao contrário, ele afirma que, além dos sentidos – externo e interno –, Locke reconhece o pensamento ou a reflexão – interpretados por Tetens como ato de pensar ou relacionar ideias – como mais uma fonte legítima de conhecimento, e, por conseguinte, reconhece que

apenas o absoluto (*das Absolute*). Por absoluto, Tetens designa as representações sensíveis dos objetos e suas propriedades – p.ex., cor, tamanho, solidez, força, etc. –, consideradas como independentes, no sentido de não resultarem da ação da faculdade de pensar, que as separa, distingue e relaciona, expondo-as como ideias distintas e inter-relacionadas (1777/1913, pp. 191-210, 336-341).¹⁷

Para que possamos compreender adequadamente estes efeitos da faculdade de pensar, é preciso observar que esta faculdade é descrita por Tetens a partir de duas atividades fundamentais: o ato de aperceber (*Gewahrwerden, Gewahrnehmen ou Appercipiren*) as representações sentidas, que, como expressão mais simples do pensamento, precede o ato de relacioná-las. A apercepção é definida como um ato de separação e diferenciação de representações, que, em sua execução, requer que a alma incline-se sobre as representações sentidas e as examine com diligência e atenção, expondo as representações e suas partes umas contra as outras. Esta separação e diferenciação tem como característica principal a formação de ideias claras e distintas, isto é, representações sentidas mais claramente e conhecidas como particulares, pois seus traços são distintos entre si e em relação às outras representações, inclusive em relação ao próprio ‘eu’ que as sente (1777/1913, pp. 281-285).¹⁸

Neste contexto, em que sentir as representações como ideias claras e distintas designa um estado em que, junto à distinção das representações, sente-se claramente o próprio ‘eu’, é conveniente notarmos que Tetens acentua o caráter relacional da consciência, como observam corretamente Thiel (1996, 2008) e Wunderlich (2005). Em outras palavras, Tetens

isto não é diferente de sua própria concepção ou de Leibniz. Em suas palavras: “Aristóteles quis restringir ainda a sensação e o sentido às sensações externas e ao sentido externo; porém, Locke explicou de modo suficientemente claro que por sensação ele entendia não apenas as sensações externas, mas também as sensações internas. Além destas, ele incluiu também a reflexão, isto é, a força de pensar da alma, como fonte de ideias” (Tetens, 1777/1913, p. 338).

¹⁷ Neste contexto, em que o absoluto contrapõe-se ao que é relacional, a afirmação de Tetens de que o absoluto é condição do relativo (*das Relative*) designa apenas a origem empírica do conhecimento, não devendo ser entendida, portanto, em sentido metafísico, como bem observa Hauser (1994). Também deve estar claro que não se trata aqui de nenhuma das duas acepções mencionadas por Kant na *Crítica da Razão Pura*. Segundo Kant, em um uso frequente, o termo ‘absoluto’ refere-se à coisa considerada em si mesma, e indica que algo lhe é intrinsecamente inerente. Porém, em sua obra, Kant adota este termo apenas em um segundo sentido, segundo o qual ‘absoluto’ designa o que é válido sob todos os aspectos (sem restrição) (Kant, 1781/1787/2001, A 324-326, B 380-382).

¹⁸ Mesmo sem serem conhecidas amplamente e distintamente, as representações já têm certo grau de clareza, pois a alma reconhece uma representação como distinguível ou identificável a outras quando sente a alternância entre as mudanças anímicas. Contudo, sem a articulação do pensamento, este caráter sensível das relações permanece confuso e indeterminado. É justamente em função da elevada clareza e, mais particularmente, do acréscimo da distinção, que o efeito do ato de pensar não pode ser identificável com o de representar, pois este último, mesmo quando é criativo, produz representações gerais simples, mas não propriamente uma diferenciação e relação de ideias claras e distintas (Tetens, 1777/1913, pp. 284-285, 298-301).

entende que a consciência é um elemento essencial do pensamento, diretamente associado à diferenciação entre as modificações sentidas e ao sentido que o sujeito tem de si próprio: “ser consciente de algo expressa um estado contínuo em que se sente distintivamente um objeto ou sua representação e, além disso, a si mesmo [...]. Sentido e apercepção são os dois elementos da consciência” (Tetens, 1777/1913, p. 263).

Contudo, mesmo que aqui fique evidente que a alma não seria imediatamente consciente das representações, e indicada uma relação de dependência entre a formação da autoconsciência e a apercepção, Tetens não explica por que ou como ocorre esta relação, nem especifica como as representações tornam-se ideias claras e distintas, como também notam Thiel (1996, 2008) e Wunderlich (2005). De fato, Tetens atém-se apenas ao efeito da apercepção na formação do conhecimento objetivo e, por conseguinte, limita-se a dizer, que, ao apresentar-se como destacada e separada, à representação liga-se o pensamento de relação ‘vejo este objeto’, segundo o qual a representação apercebida é algo particular e distinto do próprio ‘eu’ que o sente, e no qual se fundamenta a tendência natural de acreditarmos que, quando pensamos, não ocupamo-nos com imagens e representações em nós mesmos, mas lidamos e conhecemos algo objetivo e real em si mesmo. Em outros termos, Tetens estabelece que as representações apercebidas ou ideias têm uma realidade objetiva, na medida em que remetem a objetos, em relação aos quais as modificações sentidas são tomadas como seus sinais. Assim, ele entende que, quando há elevada clareza e distinção, as representações tornam-se sinais naturais que permitem conhecer os objetos através delas e nelas (Tetens, 1777/1913, pp. 75-87, 341-342, 348-357).¹⁹

No que concerne à segunda ação da faculdade de pensar – o emprego das formas do pensamento –, Tetens verifica que, a partir da observação, podem ser enumerados vários conceitos de relação na psicologia empírica, e avalia as tentativas de redução destes conceitos ao pensamento de identidade e diversidade – ou à concordância (*Einstimmung*) e à contradição – como prejudicial para a investigação do entendimento humano. No intuito de oferecer uma classificação satisfatória das diversas maneiras de se pensar as relações entre as representações percebidas, Tetens as organiza em três classes, que, segundo ele, incluem os conceitos de relação simples da ontologia. Na primeira classe, têm-se as relações de comparação, que surgem do ato de percepção e comparação – p.ex., identidade, diversidade, semelhança e diferença. A segunda classe refere-se às relações de combinação, que resultam

¹⁹ Com base nestas observações, Tetens ainda afirma que as qualidades primárias – p.ex., cor, figura, movimento, extensão, etc. – distinguem-se das qualidades secundárias – p.ex., som, gosto, etc. – por serem sentidas com moderada intensidade e estimularem a faculdade de pensar que as transforma em ideias claras e distintas.

dos atos de reunir e separar, ligar e dividir, expressos quando representamos muitos objetos simultânea ou sequencialmente – p.ex., ordem, propriedade, cooperação, coexistência. Na terceira classe, encontram-se as relações de dependência, por meio das quais são pensadas a ligação causal entre as ideias de dois objetos – ligação de um efeito à sua causa – e o encadeamento lógico das proposições nos raciocínios – passagem das premissas à conclusão (Tetens, 1777/1913, pp. 331-335).

Além de oferecer esta classificação dos conceitos de relação, Tetens tem o cuidado de esclarecer sua validade objetiva, redefinida como um padrão de pensamento subjetivo imutável. Neste sentido, ele observa que os conceitos de relação são subjetivos, uma vez que são produzidos pelo pensamento e acrescentados às representações sensíveis dos objetos. Todavia, eles também são necessários e gerais, na medida em que são fundamentados na espontaneidade natural da alma e inerentes a qualquer ato de pensar possível, distinguindo-se, portanto, daquilo que é apenas subjetivo e mutável – isto é, condicionado às idiosincrasias e às situações ocasionais, sob as quais os sentidos são modificados (Tetens, 1777/1913, pp. 318-321, 536-540).

Após analisar as atividades cognoscitivas, o próximo passo de Tetens na investigação da natureza humana foi examinar a faculdade volitiva, referida como força de atividade geral, por meio da qual são produzidas alterações no estado interno da alma, ações instintivas e voluntárias, etc. Contudo, nesta etapa de sua investigação, Tetens não empreende uma análise completa e isolada das várias manifestações desta faculdade, por entender que ela tem efeitos muito diversos e difíceis de analisar. Assim, ele limita-se a descrever a faculdade volitiva em seus aspectos gerais e a compará-la com as faculdades cognoscitivas, no intuito de demonstrar, que, como uma segunda direção na expressão do poder espontâneo da alma, ela produz modificações na alma distintas daquelas produzidas pelo ato de representar.²⁰

Neste contexto, a tradição leibniz-wolffiana torna-se objeto de crítica, uma vez que admite a força representativa da alma como sua natureza última e, por conseguinte, reduz a ação da vontade à representação. O ponto de partida de Tetens na objeção a esta tese consiste em sustentar que, também em relação às primeiras ações naturais ou expressões instintivas da

²⁰ Neste ponto, cabe mencionar que, segundo nossa leitura, parece haver um equívoco na interpretação de Barnouw (1983), quando sugere uma identidade entre a natureza última da alma e o princípio da espontaneidade, e uma supremacia da atividade geral da alma ou da vontade. Embora se preocupe em determinar a especificidade da vontade, e reconheça seu elevado grau de espontaneidade – sobretudo, quando, ao discutir a liberdade humana, ressalta que, mesmo em circunstâncias inalteradas, a alma determina a expressão de sua força ativa, podendo escolher fazer algo diferente do que já fez ou não fazer algo novamente –, Tetens não parece pretender sustentar uma natureza especial para os aspectos volitivos da alma ou sua superioridade sobre as manifestações intelectivas da espontaneidade, pois, como ele mesmo afirma, vontade e razão são as mais elevadas manifestações da espontaneidade da alma (Tetens, 1777/1913, pp. 616-617).

vontade, ratifica-se o princípio empírico geral de que a faculdade de representação – enquanto uma capacidade de reter e renovar traços sensíveis – remete a impressões sensíveis precedentes. Disto segue que, assim como só podemos admitir representações de objetos sentidos anteriormente, também só temos representações das primeiras ações da vontade após sua manifestação e apreensão dos seus efeitos pelos sentidos. Uma vez que estas ações são imediatamente efetuadas por sensações comoventes que estimulam a força de atividade geral da alma, e que sua representação é algo derivado disto, isto é, é um vestígio da própria manifestação desta força, Tetens afirma que de modo algum a vontade pode ser reduzida à atividade representativa (Tetens, 1777/1913, pp. 627-633, 686-689, 702).²¹

Não são apenas as primeiras ações da vontade, que, segundo Tetens, são como impulsos cegos – isto é, movimentos que precedem à sua representação –, mas também os atos voluntários intencionais – em que a representação do objetivo ou da finalidade a ser perseguida e realizada tem um papel condutor e direcionador da atividade anímica – não podem ser explicados como derivações da faculdade representativa, embora estejam relacionados. Para Tetens, nestas situações, o objetivo não deve ser apenas idealizado, ou seja, à semelhança do que ocorre na renovação e repetição de ações, o ato intencionado deve ser efetivado. Sendo assim, deve-se acrescentar um novo emprego da força de atividade geral da alma à faculdade de representação, pois, assim como a pura reprodução da imagem de um objeto em sua ausência não produz sua intuição e nem é plenamente forte como sua sensação, a representação da ação por si mesma não se torna uma ação completa.

2.3 O Método Introspectivo (*Selbstgefühl*)

Como mencionado anteriormente, a psicologia empírica deve proceder indutivamente através do uso da introspecção, que, segundo Tetens, é um recurso indispensável e prioritário na investigação da alma, devendo anteceder o tratamento conceitual e especulativo, as investigações da antropologia fisiológica, os estudos comparativos entre a natureza humana e animal (1777/1913, pp. xii, 297). No entanto, para

²¹ Pelo modo agradável ou desagradável como afetam a alma, as sensações aguçam o gosto, gerando contentamento, ou produzem esforços para mudar seu estado de desprazer. Aqui, é importante frisar que, assim como as representações referem-se aos sentidos externo e interno, os estados de prazer e desprazer e as ações não advêm somente de sensações externas ou de necessidades físicas – p.ex., fome, sede, dor. Embora esta fonte predomine nas etapas iniciais da vida, à medida que as faculdades anímicas fortalecem-se, a alma experimenta sensações referentes ao exercício de suas próprias faculdades – p.ex., pensamento, imaginação, ações, etc. – que são por si mesmas imediatamente comoventes (Tetens, 1777/1913, pp. 231-237).

que possamos compreender mais adequadamente como seu projeto de psicologia empírica consolida-se dentro de um contexto de debates sobre as dificuldades do método introspectivo,²² é necessário complementar nossas considerações metodológicas anteriores com uma análise sobre como Tetens entende a introspecção, indicando o tipo de relação que ela mantém com a autoconsciência (*Selbstbewusstsein*) e com os seus estudos experimentais sobre os processos sensório-perceptuais.

Como mencionamos anteriormente (ver nota 10), Tetens compreende a introspecção como uma auto-observação através do sentido interno, que é entendido como suscetibilidade às atividades e aos estados anímicos, imediatamente apreendidos a partir dos seus efeitos, ou seja, a partir das modificações internas ocasionadas pela própria alma (Tetens, 1777/1913, pp. 29-30). Agora, a fim de obtermos uma compreensão mais precisa do que Tetens pretende ao ressaltar o caráter sensível do conhecimento introspectivo, devemos considerar a seguinte afirmação:

Sobre a nossa própria reflexão não refletimos no mesmo instante em que a empregamos sobre um objeto. A causa disto logo se nos torna evidente. Se a força anímica do pensamento estiver ocupada com a consciência, a distinção e a reflexão da ideia que ela tem diante de si, então ela já está ativa enquanto uma força de pensar e opera de um modo primoroso em uma direção determinada. Se, no mesmo instante, ela ainda devesse refletir sobre esta sua atividade, então ela teria que empregar simultaneamente o mesmo trabalho sobre esta atividade [...]. Enquanto pensamos, e isto se mostra com a maior clareza quando pensamos com esforço e com uma continuidade propícia, não sabemos nada sobre o fato de que pensamos. Tão logo lançamos um olhar retrospectivo sobre o próprio pensar; o pensamento escapa, assim como o momento presente, que já passou, quando se quer capturá-lo. (Tetens, 1777/1913, pp. 46-47)

Com base nesta afirmação, fica claro que, para Tetens, nas manifestações do ato de pensar – e o mesmo vale para as demais expressões de espontaneidade da alma –, o momento da ação exclui a reflexão sobre a mesma. Sendo assim, a introspecção não pode ser concebida a partir de um ato de pensamento, ou seja, como um autoconhecimento abstrato e mediado por conceitos de relação, pois este ato requer um grau elevado de atividade das faculdades do

²² Contudo, não podemos esquecer que, na Alemanha, grande parte das discussões sobre as dificuldades e obstáculos do método introspectivo não implicam sua completa recusa ou sua inutilidade, mas sim uma tentativa de seu aprimoramento (Sturm, 2006, 2009). É precisamente neste contexto que devemos entender, por exemplo, as críticas de C. G. Schütz (1747-1832), que, no intuito de avaliar as investigações da alma realizadas conforme o modelo da doutrina da natureza, sistematiza suas principais dificuldades. Em relação à introspecção, ele atém-se às limitações e distorções inerentes à própria natureza da alma, decorrentes do fato de a alma ser simultaneamente o sujeito que observa e o objeto observado. Deste modo, menciona, por exemplo, a confusão entre conhecimento dos processos anímicos por meio da faculdade natural (sentido interno) e da auto-observação atenta e sistemática; a incapacidade da alma de concentrar-se longamente sobre os processos internos; de acompanhar o fluxo rápido e constante das representações; de alcançar as representações obscuras, etc. (Schütz, 1771, pp. 193-204).

entendimento – faculdades de representar e pensar –, interferindo, por conseguinte, na execução do próprio pensamento que está sendo observado.²³ A partir disso, podemos considerar que, quando Tetens entende a faculdade sensitiva interna como um recurso indispensável para a investigação psicológica, seu intuito parece ser afirmar que o que vale para a observação dos objetos externos deve valer também para a auto-observação das atividades anímicas, isto é, os eventos da experiência interna só podem ser apreendidos após seu surgimento, sendo conhecidos, portanto, indiretamente a partir dos efeitos ou modificações internas que a própria alma efetuou em si.

Em que pese, porém, sua ênfase sobre esta característica essencial do conhecimento introspectivo, isto não significa negar qualquer expressão da consciência ou reflexão sobre as atividades anímicas, mas sim afirmar que isto só ocorre após a ação ter sido realizada e sentida. Desta forma, primeiramente a alma deve aceitar as impressões sensíveis ocasionadas por sua própria atividade. Desta receptividade, resulta um pós-efeito do sentido interno, ao qual a atividade do ato de pensar finalmente pode-se ligar, tornando o sentido de si mesmo um sentido primorosamente claro e intenso, ao qual é ligado uma distinção entre a coisa sentida e o sujeito que a sente (Tetens, 1777/1913, pp. 298-299).

O segundo aspecto que nos interessa na análise da introspecção diz respeito à sua relação com os estudos experimentais. Embora não possamos especificar devidamente as condições sob as quais os experimentos psicológicos de Tetens foram realizados – não há, p.ex., descrições detalhadas dos seus procedimentos, instrumentos, mensurações –, os poucos dados disponíveis nos permitem presumir que este recurso metodológico não se desvincula do método introspectivo, que continua a preponderar na investigação psicológica. A este respeito, consideremos a exposição que Tetens faz de dois experimentos sobre os processos sensório-perceptuais:²⁴

²³ Aqui, cabe uma vez mais salientar que Tetens faz uma apropriação particular do método de Locke. Sem adentrarmos nos pormenores desta questão, julgamos crucial apenas destacar que Tetens parece não compreender que, em Locke, o sentido interno não é uma auto-relação imediata – sendo isto reservado à consciência, que acompanha todas as atividades anímicas –, mas sim uma auto-observação que requer atenção e esforço (Locke, 1690/2010).

²⁴ Apesar de citarmos apenas as passagens diretamente relacionadas aos experimentos sensório-perceptuais, isto não significa que Tetens limita a utilização deste método a este campo. De fato, quando discute a faculdade imaginativa, ele não apenas cita um experimento mental que poderia ser feito para a investigação da mistura e combinação de cores através da ação da faculdade imaginativa, mas expõe um experimento psicológico que realizou com base na pirâmide de cores de Lambert. Trata-se de um estudo, em que teve que imaginar duas superfícies distintas e coloridas (amarela e azul, por exemplo), e depois representá-las compondo uma única superfície. Nesta situação, observou que pelo simples ato de imaginação não se forma a imagem da cor secundária (no caso, o verde), mas sempre é possível compor uma imagem escura e intermediária, que, segundo ele, não é amarela nem azul (Tetens, 1777/1913, pp. 120-126).

É possível, sem muitas artificialidades, fazer girar rapidamente uma pequena roda e, com o auxílio de um fino cabo flexível e elástico, deixar a mão ou o rosto tocar, de modo suave, mas perceptível, em cada rotação. Quando a velocidade da rotação atingir certa grandeza, então a sensação parecerá ser contínua. Não obstante, é certo que, de um ponto de vista externo, as impressões formam uma série descontínua e são separadas uma das outras por um intervalo de tempo, que é tão grande quanto o tempo em que a roda gira, e que o cabo pode tocar a mão outra vez, logo após tê-la tocado. (Tetens, 1777/1913, p. 42)

Para este fim, selecionei duas representações sensíveis, que estavam associadas o mínimo possível com as minhas outras ideias. Eu peguei, por exemplo, duas letras árabes que, em uma série, estavam separadas uma da outra, e as comparei entre si. Em todas as vezes, não apenas conservei uma impressão particular de cada um desses caracteres, mas senti algo especial em mim, quando os olhos passavam de um caractere a outro. Esta última sensação de transição, eu só a percebia quando já antes tinha deixado as impressões sensoriais alternarem-se algumas vezes em mim. Entre ambas as impressões, que deixei suceder uma após a outra, sem deter-me sobre as letras interpostas, sempre senti uma mudança na direção da sensação; e esta mudança eu senti justamente do mesmo modo como sinto outra impressão interna, que surge através dos sentidos. Quanto mais distinta era a representação subsequente da precedente, mais forte e plena era a sensação desta modificação. Quando tais sensações indiferentes são utilizadas no experimento, como fiz aqui, tem-se a vantagem de que a fantasia não introduz facilmente imagens estranhas entre elas, e nem perturba a observação. (Tetens, 1777/1913, p. 198)

No primeiro estudo experimental, Tetens faz uma aplicação do experimento sobre a persistência da sensação visual – realizado por D’Arcy (1768)²⁵ – à sensação tátil. Aqui, está em questão a tese de que todas as impressões sensíveis produzem modificações na alma – pós-efeito da sensação – que persistem algum tempo após o fim da estimulação. Sendo assim, Tetens menciona brevemente sua investigação da persistência da sensação tátil, e cita outros resultados experimentais que confirmam a persistência da sensação visual e auditiva.²⁶

No segundo experimento, Tetens procura mostrar que, pela sensibilidade, a alma é capaz de sentir não apenas as representações sensíveis particulares ocasionadas pelos objetos, mas também a alternância de objetos ou de suas representações – sentido de mudança (*Gefühl des Uebergangs* ou *der Veränderung*). Segundo ele, este sentido é um aspecto “sensível da relação objetiva das coisas”, na medida em que são sentidas como distinguíveis ou identificáveis, em função das circunstâncias e propriedades dos objetos, sem que se possa

²⁵ Neste experimento, D’Arcy verificou que um carvão incandescente em movimento giratório era visto como um círculo contínuo de fogo, em função do pós-efeito da sensação visual, que, segundo seus cálculos, durava “8 terças” (D’Arcy, 1768, p. 446). Como a unidade de uma terça corresponde à sexagésima parte de um segundo (Klügel, 1808, conforme citado por Sturm, 2006, p. 364), sua duração seria de aproximadamente 130 milissegundos. Deste experimento, tem-se uma descrição detalhada de suas condições experimentais (ver D’Arcy, 1768, pp. 439-451).

²⁶ Tetens afirma que o pós-efeito da sensação tátil é aproximadamente a metade do da audição, calculado em “5 terças”. Este, por sua vez, é menor que o da visão, que está entre “6 e 7 terças” (1777/1913, p. 32).

compreender sua distinção ou igualdade, o que requer a ação do pensamento (1777/1913, pp. 199-201).

Para sustentar nossa interpretação de que há uma vinculação entre o método experimental e o introspectivo, é especialmente relevante atentarmos para o fato de que os estudos experimentais realizados por Tetens baseiam-se no relato introspectivo. Desta forma, seu interesse ainda recai sobre a descrição que o sujeito-observador faz de sua própria experiência interna durante as experiências de sensação tátil e alternância de estímulos, em detrimento de parâmetros ou instrumentos independentes desta auto-observação interna. Se esta interpretação for plausível, parece-nos adequado dizer que os experimentos psicológicos são admitidos por Tetens como situações de auto-observação sistemática, tendo em vista a existência de um planejamento cuidadoso, repetição e alteração das condições, a fim de assegurar uma apreensão mais precisa e acurada do que está sendo observado – p.ex., quando Tetens tem o cuidado de escolher letras árabes como estímulos, no intuito de controlar a interferência da faculdade imaginativa.

Com base nestas observações, podemos agora compreender como fica a discussão das dificuldades do método introspectivo na obra de Tetens. Dois aspectos merecem aqui destaque. Primeiro, devemos observar que o ponto de partida de Tetens é o reconhecimento de que as investigações empíricas na psicologia são limitadas e imprecisas. Assim, em 1760, ele destaca a necessidade de se ampliar e superar alguns erros no estudo empírico da alma – p.ex., os erros de sub-repção –, e, em 1777, ele tem o cuidado de estabelecer alguns procedimentos necessários para a correção e a redução de erros e imprecisões na auto-observação através do sentido interno, no intuito de estender e reforçar a confiabilidade das investigações psicológicas.

O segundo aspecto a ser destacado refere-se à ambiguidade do conceito de introspecção nos *Ensaio Filosóficos* – um problema do método introspectivo já reconhecido e discutido em sua época, como podemos observar nas críticas apresentadas por Schütz (1771). Mas, embora Tetens não se preocupe em estabelecer uma distinção conceitual entre o autoconhecimento casual através da faculdade natural (sentido interno) e o autoconhecimento através da auto-observação atenta e sistemática, não podemos deixar de notar que, na execução de suas investigações, mais particularmente nas situações experimentais, ele procura oferecer um direcionamento sistemático para a introspecção, distinguindo-a, portanto, da auto-observação casual.

Até aqui, esperamos ter esclarecido as considerações fundamentais de Tetens acerca do que pode ser conhecido sobre a natureza humana através de suas investigações empíricas, e

evidenciado que sua insistência em afirmar a primazia da introspecção, bem como sua preocupação em aprimorá-la, não implica em uma recusa irrestrita do conhecimento metafísico, pois, ainda que este não possa vir no começo de suas investigações, ele pode ser útil à organização dos dados empíricos. Agora, em nossa análise final, resta-nos pensar que tipo de função a psicologia desempenharia em relação à atividade filosófica, procurando indicar mais precisamente como uma das questões centrais do iluminismo alemão, a saber, a crise do conhecimento metafísico, é considerada nos *Ensaio Filosóficos*.

CAPÍTULO 3

A FUNÇÃO DA PSICOLOGIA EMPÍRICA NOS *ENSAIOS* *FILOSÓFICOS*

Assim como nos escritos de 1760 e 1775, encontramos nos *Ensaio Filosóficos* evidências textuais que apontam para a existência de uma íntima relação entre psicologia empírica e filosofia. O primeiro significado desta relação, esperamos ter demonstrado em nossa análise anterior, quando vimos que, mesmo com a enfática afirmação de que os eventos anímicos devam ser conhecidos primariamente pela introspecção, Tetens não deixa de assinalar que a psicologia não pode prescindir do auxílio ou direcionamento de raciocínios e reflexões evidentes por si mesmos ou ratificados pela experiência. Todavia, ainda é preciso esclarecer o segundo sentido desta relação, a saber, a influência da investigação psicológica sobre a atividade filosófica.

Aqui, seguindo uma indicação do próprio Tetens, um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à importância da investigação empírica da natureza humana, mais especificamente, das faculdades cognoscitivas, para a fundamentação dos princípios gerais da razão e elucidação das controvérsias entre conhecimento racional discursivo (*Kenntnisse der raisonnirenden Vernunft*) e conhecimento do entendimento humano comum (*Kenntnisse des gemeinen Menschenverstandes*) ou senso comum (*sensus communis, commun sense*). Um segundo aspecto a ser destacado nessa relação refere-se particularmente à doutrina da alma. Não obstante em grande parte dos *Ensaio Filosóficos* o conhecimento introspectivo seja usado para qualificar e discernir as atividades anímicas, Tetens não deixa de notar que algumas reflexões teóricas sobre o caráter unitário da alma e sua relação com o corpo podem ser assumidas a partir das observações empíricas. Analisemos cada uma destas influências da psicologia empírica sobre a filosofia em particular.

3.1 A Necessidade Subjetiva dos Conceitos e Princípios da Razão

Para delimitarmos a primeira função da psicologia empírica e, ao mesmo tempo, mostrarmos sua conformidade com os escritos de 1760 e de 1775, é preciso atentar para o fato de que, em 1777, Tetens mantém seu firme propósito de examinar a legitimidade do conhecimento metafísico e estabelecer um critério de distinção entre conhecimento objetivo e ilusório, salvaguardando a necessidade e universalidade dos conceitos e princípios racionais. Neste sentido, a questão que interessa a Tetens esclarecer não pode ser entendida novamente como um questionamento sobre a possibilidade de haver conhecimento racional que transcenda a experiência e que, por princípio, não possa ser reduzido à sensação, pois ele considera que esse tipo de conhecimento já está dado de modo indiscutível e evidente nas disciplinas matemáticas – p.ex., na geometria, ótica, astronomia, etc. –, ainda que seja necessário determinar a exatidão dos procedimentos metafísicos:

Com maior frequência, tem-se observado o entendimento onde ele reúne as experiências e faz as primeiras ideias sensíveis a partir das sensações, como na doutrina da natureza e da alma. Porém, onde a mesma força de pensar toma um vôo mais elevado nas teorias gerais e encadeia verdades para formar as ciências; sobre este caminho – que na filosofia é tão escorregadio, enquanto que na matemática é firme e plano –, *como seria seu curso e o que seria a norma de seu procedimento, isto ainda não se investigou de modo tão sagaz, profundo e claro*. E esta é a fonte de muitos juízos parciais. A força de pensar não se encontra mais em sua ocupação natural, quando especula? As abstrações gerais e sua ligação situam-se para além de sua atmosfera? Elas estão envoltas em um ar tão rarefeito ou constantemente misturadas com nevoeiro e nuvens, para poderem obter um conhecimento seguro? Isto, eu penso, não são mais questões, e isto graças às ciências matemáticas. Com a ciência fundamental geral, que deve ser a álgebra na filosofia, não quero me ocupar aqui, pois em relação a ela ainda há a questão: o que se tem dela? (Tetens, 1777/1913, pp. 427-428 – itálico meu)

De acordo com o que está claramente expresso nesta passagem, embora as disciplinas matemáticas ofereçam testemunho suficiente da capacidade do pensamento de elevar-se para além do campo da experiência sensível, falta elucidar como isto é possível, especialmente em relação aos conceitos e princípios ontológicos. Em outros termos, permanece a questão tratada anteriormente, a saber, o problema de explicar a necessidade e objetividade dos princípios gerais da metafísica. Apesar de já ter afirmado, em 1775, que sua solução exige a investigação da formação do conhecimento racional e a determinação de sua relação com os juízos sensíveis particulares, somente aqui Tetens vai empreender uma análise mais detalhada desta questão a partir da investigação das faculdades cognoscitivas.

Tendo esclarecido o objetivo de suas discussões gnosiológicas, resta-nos, portanto, examinar as principais considerações de Tetens acerca da legitimidade do conhecimento

racional, uma vez que é no seu interior que encontramos evidências textuais referentes à fundamentação psicológica do conhecimento filosófico.²⁷

A passagem referida acima, já fornece uma clara indicação do primeiro passo tomado por Tetens na investigação dos princípios gerais da razão. Trata-se da afirmação de que, no conhecimento racional, está presente a mesma faculdade de pensar atuante na formação do conhecimento sensível. Sendo assim, o primeiro aspecto a ser ressaltado na discussão da legitimidade dos conceitos e princípios racionais é o fato de que a razão é entendida como uma manifestação do ato de pensar. Portanto, o pensamento, enquanto faculdade de relacionar, não apenas compara e liga representações, mas também formula juízos sobre as representações relacionadas – juízos sensíveis ou gerais –, e deduz certas relações de outras, como se evidencia nos raciocínios (Tetens, 1777/1913, pp. 369-372, 587-588). Mas mesmo que o conhecimento racional não necessite de nenhuma faculdade além das faculdades cognoscitivas – sentir, representar e pensar, já individualmente observadas e analisadas –, e não possa prescindir completamente da contribuição de nenhuma delas, ele possui particularidades em relação ao conhecimento sensível, uma vez que a razão é a mais notável manifestação espontânea do pensamento.

Desta forma, um segundo aspecto a ser considerado em nossa análise diz respeito à diferenciação da contribuição das faculdades cognoscitivas, mais particularmente do pensamento, na formação do conhecimento sensível e racional. A este respeito, Tetens declara que, nos juízos sensíveis, o pensamento pode ser imediatamente determinado por representações sensíveis – formando, neste caso, um juízo sensível puro – ou formado segundo o princípio de associação, ao passo que, nos juízos gerais, ele é mais ativo e independe dos casos particulares a partir dos quais as representações gerais são abstraídas,

²⁷ Em nossa exposição, consideramos as discussões desenvolvidas no sexto, sétimo e oitavo ensaios do primeiro volume dos *Ensaíes Filosóficos* como centrais para esta análise. Aqui, é importante deixar claro que não faz parte de nosso objetivo apresentar uma análise detalhada da teoria do conhecimento de Tetens, mas apenas destacar alguns aspectos pertinentes à compreensão do lugar da psicologia empírica em suas discussões gnosiológicas. Contudo, convém ressaltar que as considerações de Tetens sobre a objetividade do conhecimento é mais um ponto controverso na interpretação dos *Ensaíes Filosóficos*. Em nossa leitura, identificamos pelo menos três importantes tendências interpretativas sobre o assunto. A este respeito, p.ex., Sommer (1892) destaca o caráter fenomênico e subjetivo das reflexões gnosiológicas de Tetens, ressaltando a influência do empirismo idealista de G. Berkeley (1685-1753) e do fenomenalismo de J. H. Lambert (1728-1777), ao passo que Barnouw (1979, 1983) assevera que, em Tetens, há um fundamento objetivo do conhecimento por meio de uma teoria de sinais, que remete ao empirismo de T. Hobbes (1588-1679), conforme divulgado por Leibniz nos *Novos Ensaíes Sobre o Entendimento Humano*, e o aproxima de T. Reid (1710-1796). Além disso, algumas leituras mais recentes, como a de Puech (1992), sugerem que as discussões de Tetens sobre a objetividade do conhecimento, ao serem apresentadas em termos de um padrão intersubjetivo de pensamento, podem ser entendidas, em sentido amplo, como transcendentais, ou seja, como reflexões sobre as condições necessárias de conhecimento. Na medida em que esta última interpretação tem implicação direta para a compreensão da psicologia empírica nos *Ensaíes Filosóficos*, ela será retomada no final desta seção, quando servirá como ponto de referência para nossa análise.

atuando segundo sua própria lei natural. Como complemento a essa distinção, Tetens faz questão de esclarecer que os princípios gerais da razão não devem ser confundidos com os princípios empíricos gerais. Enquanto estes últimos são abstraídos da experiência por indução e dependem, para a sua exatidão, da concordância e analogia entre muitos casos empíricos, naqueles, recorre-se a exemplos com o único intuito de torná-los mais compreensíveis e claros, pois sua necessidade e objetividade resultam da própria natureza do pensamento (Tetens, 1777/1913, pp. 466-469).²⁸

Esta última afirmação naturalmente nos conduz à questão fundamental de Tetens. Trata-se de saber em que consiste a necessidade dos princípios racionais, e em que medida eles distingue-se de formulações vazias. Em resposta a esta questão, encontramos a afirmação de que o problema da necessidade objetiva dos conceitos e princípios racionais pressupõe o da sua necessidade subjetiva. Assim, Tetens declara:

Sobre a necessidade objetiva dos princípios não se pode dizer nada, antes que se tenha investigado a necessidade subjetiva com a qual eles são pensados pelo nosso entendimento, observado em nós a natureza dos princípios comuns como produto da força de pensar e notado suas qualidades. Apenas a partir disso, e de nenhum outro modo, pode ser conhecido o que e quanto possuímos deles, quando os consideramos como reproduções e representações daquilo que é objetivo e está fora do entendimento. (Tetens, 1777/1913, p. 471)

Para compreendermos o sentido específico desta afirmação precisamos lembrar que, ao redefinir a necessidade objetiva como necessidade subjetiva, Tetens cuida de discernir o que é subjetivamente imutável (*unveränderlich subjektivisch*) daquilo que é subjetivo, mas mutável (*veränderlich subjektivisch*), isto é, dependente de condições circunstanciais externas (p.ex., particularidades dos órgãos sensíveis, posição do objeto, etc.) e internas (p.ex., disposições, associações de ideias, hábito, etc.).²⁹ Portanto, por subjetivamente imutável,

²⁸ Essa insistência na diversidade entre princípios empíricos gerais e princípios gerais da razão remete-nos à observação apresentada por Tetens em *Sobre a Filosofia Especulativa em Geral* (1775), segundo a qual a diversidade dos conceitos gerais ainda seria um ponto negligenciado ou mal compreendido entre filósofos empiristas e racionalistas (ver 1.2). Essa distinção é crucial para a interpretação do conhecimento psicológico em Tetens. Assim como na doutrina da natureza, os princípios da psicologia empírica são formados segundo a lei natural do ato de pensar. Contudo, isto não significa afirmar que eles são princípios completamente gerais e certos, tal como o princípio de contradição, que não depende da matéria ou conteúdo particular dos conceitos nem admite exceção.

²⁹ Desta forma, somos mais seguros da objetividade de nossas representações e suas relações, à medida que as condições circunstanciais externas e internas mantêm-se constantes, e não influenciam as impressões, que deste modo servem de sinais dos objetos. Com base nisto, Tetens declara que, embora não se deva negar que os juízos morais e estéticos sejam da mesma natureza dos juízos sobre as qualidades físicas das coisas, não se pode deixar de notar que a influência de condições internas é mais forte e frequente entre eles, ocasionando desacordos na sua avaliação (Tetens, 1777/1913, pp. 555-560).

devemos entender a atividade de pensar que ocorre segundo leis às quais o pensamento está necessariamente ligado. Trata-se de uma necessidade que é conhecida pela observação do próprio ato de pensar, na medida em que constatamos que é impossível pensar de modo diferente do que fizemos (Tetens, 1777/1913, pp. 536-540).

Neste contexto, em que a necessidade objetiva deve ser analisada no âmbito da necessidade subjetiva do ato de pensar, Tetens entende a relação entre as ideias como análoga à relação que se dá entre as coisas, de modo que “comparar os objetos com as ideias não significa outra coisa que comparar representações com representações; ou uma representação da sensação com outra que já tenho” (Tetens, 1777/1913, p. 533). Portanto, para ele, os juízos sobre o que é necessário e casual entre as coisas são elaborados segundo o modo de formação das relações estabelecidas pelo pensamento.

Assim, Tetens estabelece que, nos juízos objetivos necessários, a relação fundamenta-se nas próprias ideias de sujeito e predicado, ao passo que, nos juízos objetivos casuais, é necessário sair dos conceitos de sujeito e predicado, pois a atribuição de uma conexão entre eles depende de uma representação adicional, como, por exemplo, de uma coexistência na sensação ou associação na imaginação (Tetens, 1777/1913, pp. 483-487). Isto significa que, nestes últimos juízos, o ato de pensar depende de uma condição secundária – representação sensível ou associação de representações –, de modo que o juízo é formado a partir desta condição, antes que pura e simplesmente pelo ato de relacionar ideias, como nos juízos necessários.³⁰

Com base nos diferentes modos de formação das relações – segundo leis naturalmente necessárias, ou representação sensível particular, ou ainda princípio de associação –, podemos compreender não apenas como Tetens fundamenta a necessidade e objetividade dos conceitos e princípios racionais, mas também como analisa os desacordos entre conhecimento racional discursivo e senso comum. Neste sentido, a seguinte passagem é bastante esclarecedora, porque indica o procedimento geral que deve servir de guia nos casos em que há desacordos entre juízos sensíveis e racionais:

Simplesmente colocar de lado os raciocínios e seguir apenas o assim chamado *sensus communis* é um princípio que conduz ao entusiasmo [...]. Por outro lado, não atentar para a reivindicação do *sensus communis* e querer escutar somente a reivindicação da razão discursiva é um princípio que conduz ao falso devaneio da

³⁰ Para Tetens, são juízos objetivos necessários os juízos sobre contradição, identidade, diversidade, relações causais, etc. Entre os juízos objetivos casuais, ele cita os juízos determinados através da representação espacial ou temporal, p.ex., juízos sobre proximidade, distância, simultaneidade, sequência, e juízos sobre a relação substância-acidente (Tetens, 1777/1913, pp. 512-519; 564-569).

razão [...]. O que resta, portanto, além disso: deve-se investigar ambos, os juízos do entendimento comum e os da razão [...]. Sobre a questão: “se sabemos com certeza que existe evidência em um caso? Se podemos distinguir os casos que são pensados segundo leis naturais necessárias daqueles em que apenas pensamos ideias secundárias casualmente associadas? Se não seria evidente que alguns princípios particulares, alguns axiomas gerais, alguns princípios empíricos e alguns raciocínios baseiam-se na necessidade natural imutável?” Nesta questão, eu afirmo, separa-se o ceticismo da doutrina que afirma algo; mas também da filosofia verdadeira, do falso devaneio da razão e do entusiasmo do entendimento comum, que se contrapõe a ele. (Tetens, 1777/1913, pp. 584-586)

Não se trata, portanto, de desprezar o conhecimento metafísico em favor do senso comum, nem de abandonar este em defesa daquele, mas, ao contrário, de examinar tanto os juízos sensíveis quanto os racionais, pois, como fica claro na citação acima, quando se adota unicamente qualquer uma das duas posições, incorre-se em equívocos. Assim, na medida em que se admite por norma apenas o entendimento humano comum – isto é, elabora-se conhecimento à parte de conceitos e princípios gerais, e de raciocínios –, a necessidade subjetiva é confundida com o hábito, e preconceitos sensíveis são produzidos. Por outro lado, quando os metafísicos anseiam seguir pura e simplesmente seus raciocínios e reflexões, sem uma prova sagaz de sua evidência, eles caem em discursos que, apesar da aparente sagacidade, não captam o verdadeiro significado das coisas.

Para uma compreensão mais precisa desta ênfase sobre a necessidade de se investigar o conhecimento do senso comum e metafísico, devemos atentar para o fato de que, para Tetens, não há nenhuma contradição entre juízos formados segundo os princípios subjetivamente necessários do pensamento, mas apenas um mal-entendido. Portanto, quando se verifica uma incoerência entre dois conhecimentos que resultam da mesma faculdade de pensar, a razão subjacente a isto não deve estar nas leis necessárias do ato de pensar, mas sim em juízos que dependem de ligações subjetivamente mutáveis ou casuais, que são, contudo, tomados – erroneamente – como marca fiel de relações necessárias por qualquer um dos dois lados, pois, embora este tipo de equívoco seja mais frequente no conhecimento do senso comum, ele também é encontrado em teorias metafísicas e morais (Tetens, 1777/1913, pp. 575-577).

Desta forma, a saída para as incoerências entre conhecimento racional discursivo e senso comum consiste em examinar a exatidão dos juízos em questão, isto é, separar o que é necessariamente pensado daquilo que é um pensamento casual. Para mostrar que um juízo é fundamentado em uma ligação casual, pode-se recorrer tanto a juízos empíricos seguros e a comparações de experiências quanto a provas repetidas fornecidas por raciocínios e reflexões. A respeito desta última possibilidade, Tetens lembra que, na ótica e na astronomia, há

proposições – p.ex., o movimento de rotação da terra em torno do sol e a grandeza do sol em relação à lua – que, embora contrárias à impressão visual comum, foram corretamente corrigidas e mantidas através de raciocínios evidentes (Tetens, 1777/1913, pp. 578-584).

Tendo apresentado o significado geral das considerações gnosiológicas de Tetens, cabe enfim situarmos o lugar da psicologia empírica neste contexto. Aqui, um aspecto determinante para a compreensão da fundamentação psicológica da filosofia é a observação da estreita relação entre as considerações sobre a necessidade e objetividade do conhecimento racional e a precedente investigação das faculdades cognoscitivas. Em outras palavras, na medida em que Tetens define a razão como uma faculdade relacional mais espontânea, e toma as condições de obtenção e de crítica do conhecimento como fundamentadas em leis subjetivamente necessárias do pensamento, parece-nos justo entender que a investigação psicológica da natureza cognoscitiva humana é crucial às suas discussões gnosiológicas.

Como apoio adicional à interpretação de que cabe à observação psicológica fornecer um conhecimento seguro sobre a origem do conhecimento – analisando seu desenvolvimento, desde sua origem sensível e material até suas formas necessárias e naturais, mesmo em seu uso mais elevado, como é o caso da razão –, podemos citar ainda uma breve passagem, em que Tetens, ao discutir a distinção entre princípios gerais racionais e empíricos, declara que conhecemos o caráter necessário dos primeiros através da observação do ato de pensar:

É certamente uma observação de nosso próprio modo de pensar, quando percebemos em nós juízos gerais como efeitos de nosso entendimento. Mas isto significa apenas que nosso conhecimento sobre eles vem da observação [...]. Mas os juízos em si mesmos não são observações, nem abstrações de observações, mas efeitos que dependem da natureza da força de pensar, assim como a dilatação dos corpos depende da natureza do fogo. (Tetens, 1777/1913, p. 469 – itálico meu)

Com base na análise aqui apresentada e no que foi exposto no primeiro capítulo (seção 1.2), é possível perceber que, em 1777, Tetens prossegue e consolida o propósito mencionado em *Sobre a Filosofia Especulativa em Geral*. Ou seja, novamente observamos que a psicologia empírica é condição preliminar e indispensável para a fundamentação e reabilitação do conhecimento metafísico, uma vez que, por meio do conhecimento das leis necessárias do pensamento, Tetens espera garantir a validade dos conceitos e princípios racionais frente às críticas dos céticos, e separar a legítima filosofia tanto do dogmatismo da sensação quanto da pretensão metafísica (Tetens, 1777/1913, pp. 585-586).

Nesta análise do primeiro significado da influência da psicologia empírica sobre a filosofia, resta-nos ainda estabelecer uma importante distinção entre nossa interpretação e a de

Puech (1992), segundo a qual a psicologia empírica de Tetens pode ser qualificada como ‘transcendental’.³¹ De acordo com ele, toda reflexão sobre a origem do conhecimento objetivo, cujo cerne é a análise da esfera subjetiva, pode ser entendida como ‘transcendental’, desde que este termo seja empregado em sentido amplo e secundário, antes que exclusivamente kantiano. Em suas palavras:

Assim, no coração das reflexões de Tetens, é possível a ideia de uma “realização” dos princípios primeiros por um tipo de *psicologia transcendental*. É claro que *transcendental* será tomado aqui em sentido mais amplo, e não no seu sentido exclusivamente kantiano. Toda reflexão sobre a gênese no sujeito de uma *objetividade* ontologicamente reinterpretada para este fim pode ser qualificada como “transcendental”, nesse sentido secundário, amplo, mas bem definido. A definição de Tetens dos “conceitos transcendentais” ou “noções” (p. 38 ss.) parece se enquadrar nesta definição ampla de transcendental. (Puech, 1992, p. 15 – itálico no original)

Desta forma, Puech afirma que, embora as reflexões de Tetens estejam formuladas de maneira turva e mais próxima da psicologia britânica, pode-se atribuir um sentido transcendental, antes que simplesmente empírico-psicológico, às leis subjetivamente necessárias do pensamento, pois somente assim a necessidade subjetiva do conhecimento em Tetens não seria ilusória nem sujeita ao ceticismo. No entanto, esta interpretação nos parece problemática, uma vez que pode obscurecer os diferentes níveis de análise adotados por Kant e Tetens, mas, sobretudo, porque desconsidera, de um lado, o esforço de Kant em desvincular o plano psicológico do transcendental,³² e ignora, de outro, o explícito compromisso de Tetens de basear-se no método analítico de observação, não havendo, portanto, uma dissociação entre suas discussões gnosiológicas e sua investigação psicológica das faculdades anímicas.³³

³¹ Também em Kitcher (1990), encontramos uma interpretação da *Crítica da Razão Pura* que aproxima o plano transcendental e o psíquico. Contudo, aqui tomamos apenas a leitura de Puech como ponto de referência para nossa discussão, pois sua análise baseia-se na própria psicologia empírica de Tetens, mais particularmente na análise do ensaio de 1775. Embora Kitcher faça alguns apontamentos referentes às influências da psicologia empírica de Tetens sobre a filosofia transcendental kantiana, seu objetivo principal é a caracterização das ciências cognitivas como psicologia transcendental, na medida em que tenta estabelecer a investigação das faculdades cognitivas como um pressuposto necessário para a filosofia transcendental.

³² Aqui, em acordo com Mensch (2013), destacamos que o próprio Kant faz questão de esclarecer sua posição transcendental, tendo em vista o fato de que ela poderia ser erroneamente interpretada como uma investigação psicológica. Neste ponto, seu distanciamento de Tetens é claramente observado na afirmação: “Tetens investiga os conceitos da razão pura apenas subjetivamente (natureza humana), eu investigo objetivamente. Aquela análise é empírica, esta é transcendental” (Kant, 18: 23, conforme citado por Mensch, 2013, p. 113).

³³ Portanto, ao contrário do que nos faz crer a interpretação de Puech (1992), Tetens afirma que, mesmo diante da visão cética, não se pode colocar em dúvida a legitimidade dos conceitos e princípios racionais que se apoiam

Ainda que Tetens e Kant compartilhem entre si e com alguns de seus contemporâneos – como, p.ex., Mendelssohn – a tarefa de fornecer uma nova fundamentação à metafísica e mantenham-se unânimes na defesa da razão como meio de fornecer necessidade e universalidade ao conhecimento, eles divergem em sua compreensão da crise da metafísica e, conseqüentemente, em seus empreendimentos de reestruturação da filosofia transcendente. Assim, enquanto Kant propõe uma perspectiva transcendental, que se preocupa em legitimar o conhecimento objetivo “na medida em que este deve ser possível *a priori*”, ou seja, independente da experiência quanto à sua origem (1787/2001, B xxxvi), Tetens (1775/1913, 1777/1913) intenciona estabelecer uma fundamentação psicológica do conhecimento metafísico.

Segundo nossa interpretação, quando se considera a questão concernente ao método apropriado para a reestruturação do conhecimento metafísico, notamos que Tetens – nas três obras aqui analisadas – compartilha a mesma posição assumida por Kant antes de 1770, quando – como precisamente observa Araujo (2011) – ele ainda admitia o método analítico como método filosófico, acreditando que a psicologia empírica tem um papel vital na fundamentação da metafísica. Além disso, e ainda em conformidade com a análise de Araujo, podemos observar que, neste contexto, não apenas Kant, mas também Tetens, mantém uma estreita relação com a tradição filosófica wolffiana, especialmente no que diz respeito à relação da psicologia empírica com a filosofia.³⁴

na subjetividade necessária do pensamento, que é conhecida por meio da observação do próprio ato de pensar. A este respeito, cabe mencionar que, não apenas Tetens, mas outros filósofos do século XVIII parecem considerar o ‘subjetivamente necessário’ – em sentido empírico-psicológico – como um argumento válido e confiável para a demonstração da exatidão do conhecimento. Assim, p.ex., em M. Mendelssohn (1729-1786), encontramos a afirmação de que, a partir da distinção entre aparências constantes e inconstantes (*beständige und unbeständige Erscheinungen*), os matemáticos podem recorrer aos sentidos para sustentar a exatidão e a certeza dos conceitos da matemática aplicada contra as críticas dos céticos, uma vez que estes conceitos apoiam-se em aparências constantes, produzidas conforme a constituição sensível humana, antes que em idiosincrasias e condições circunstanciais (Mendelssohn, 1764/2009, pp. 287-288).

³⁴ O fato de restringirmos nossa análise a esta similaridade entre Tetens e Kant de modo algum deve ser entendido como a afirmação de que esta é a única relação entre eles. A este respeito, as cartas enviadas a M. Herz (1747-1803), em abril de 1778, e ao editor da primeira *Crítica*, em 15 de outubro de 1780, testemunham a familiaridade de Kant com os *Ensaio Filosóficos*. Na primeira carta, Kant afirma ter encontrado alguns pontos penetrantes na obra de Tetens, ainda que sua leitura seja fatigante e não conclusiva (Kant, 1778/2007, pp. 331-332). Na segunda, ele novamente destaca que os *Ensaio Filosóficos* são realmente “cansativos aos olhos” (Kant, conforme citado por Kuehn, 1989, p. 366). Kuehn (1989) ainda menciona uma terceira carta, enviada por J. G. Hamann (1730-1788) a J. F. Herder (1744-1803), em 12 de maio de 1779, na qual Hamann afirma que, enquanto Kant trabalhava em sua *Crítica*, a obra de Tetens permanecia constantemente aberta em sua mesa. Além dessas correspondências, a obra de Kant apresenta indícios que sugerem uma influência de Tetens, como bem observam Apitzch (1871/2010), Kitcher (1990, 2011), Watkins & Kuehn (2009) e Uebele (1911). Também a *Dissertação de 1770 (Acerca da Forma e dos Princípios do Mundo Sensível e Inteligível)* é mencionada por Tetens em 1775 e 1777. No entanto, é importante notarmos que aqui está presente uma interpretação particular da *Dissertação de 1770*. Assim p.ex., em 1775, Tetens não observa que Kant distancia-se de Leibniz e Wolff, ao distinguir os conceitos sensitivos e intelectuais quanto à sua origem e conteúdo, antes que em termos de grau de clareza e

Tendo mostrado a fundamentação psicológica das discussões gnosiológicas de Tetens, finalmente devemos mencionar o segundo momento da influência da psicologia sobre a filosofia, a saber, a contribuição da psicologia empírica para a doutrina da alma.

3.2 O “Eu Psicológico” e a Unidade Substancial da Alma

A análise da influência da psicologia empírica sobre a metafísica nos *Ensaaios Filosóficos* requer que consideremos mais um aspecto nesta relação, ainda que se restrinja à doutrina da alma, mais precisamente, à psicologia metafísica.³⁵ Trata-se aqui do reconhecimento de que a investigação empírica da natureza humana pode servir como fonte de reflexões acerca da essência da alma e sua relação com o corpo. Todavia, aqui também ficará claro que a primazia da psicologia empírica não implica a substituição ou redução do conhecimento racional em conhecimento empírico.

Para uma precisa compreensão do significado desta segunda contribuição, é importante esclarecer mais um elemento na prescrição metodológica de Tetens de atentar apenas para o que é dado na observação, e manter certa neutralidade em relação às questões metafísicas. Vimos que Tetens enfatiza este procedimento em sua recusa do método da antropologia fisiológica – ao alegar que ele baseia-se em hipóteses metafísicas, antes que em dados empíricos confiáveis –, contudo, não podemos nos esquecer de que aqui seu interesse é salientar a primazia do método psicológico. Portanto, ainda que a investigação psicológica não deva partir de análises metafísicas, Tetens não nega seu valor, especialmente quando são usadas cautelosamente, isto é, desde que a experiência forneça evidências a seu favor. Além disso, ele não ignora a possibilidade das investigações empíricas conduzirem a reflexões metafísicas: “Ainda que estas *análises metafísicas* (da antropologia fisiológica – acréscimo meu) ensinassem algo mais verdadeiro do que efetivamente ensinam, *não se pode iniciar a*

generalidade (Tetens, 1775/1913, p. 51-52); e, em 1777, não entende a tese da idealidade do tempo e espaço como afirmações de que são intuições puras e formais, mas, ao contrário, como um conceito abstraído do ato de sentir a alternância e a sequência das sensações particulares – do sentido de mudança (*Gefühl des Uebergangs* ou *der Veränderung*) (Tetens, 1777/1913, p. 398).

³⁵ Diferentemente da psicologia empírica, Tetens não apresenta uma definição explícita da psicologia metafísica nos *Ensaaios Filosóficos*. Todavia, tendo em vista sua concepção de metafísica, em que a doutrina da alma reúne as investigações empírica e racional da alma, parece nos justo supor que aqui o termo ‘psicologia metafísica’ refere-se à análise lógico-conceitual da natureza da alma e às teorias racionais sobre a simplicidade, unidade, imortalidade da alma, etc.

investigação da alma com elas, mas apenas terminar. A análise psicológica deve preceder” (Tetens, 1777/1913, p. xi – itálico meu).

Neste sentido, podemos observar que, em suas reflexões sobre a essência da alma humana, Tetens admite a unidade substancial da alma, bem como sua união com o corpo, acreditando que esta afirmação estaria empiricamente fundamentada. Em suas palavras:

Eu não me atrevo a ir além da conclusão de “que, na essência da alma humana, além do órgão corpóreo, existiria um ser incorpóreo simples, uma verdadeira unidade substancial, que, de fato, é a coisa que sente, pensa e quer”. A luz, que iluminou até aqui, perde-se, quando se pretende provar várias coisas dela, como outrora os imaterialistas procuraram demonstrar. O resultado até aqui comprovado conduz-nos apenas a uma representação que, por assim dizer, encontra-se entre a representação habitual dos últimos e a representação oposta dos materialistas. (Tetens, 1777, II, p. 210)

De acordo com esta citação, pode-se entender que a natureza da alma humana consiste na união das atividades do cérebro e da alma – no sentido de eu incorpóreo –, que juntos compõem o que Tetens denomina de ser anímico total (*ganze Seelenwesen*). Com base nesta afirmação, percebemos que Tetens admite uma unidade substancial da alma, sem excluir plenamente sua vinculação corpórea e descrições das condições físicas de alguns fenômenos psicológicos – p.ex., sensação, memória. Como bem observa Dessoir (1964), trata-se de uma postura que concede certa visibilidade ao espiritualismo, garantindo independência e liberdade ao ser anímico, sem, contudo, voltar-se dogmaticamente contra o materialismo.

Em nossa análise, é importante percebermos que a afirmação da unidade entre o mental e o físico não se fundamenta em uma análise lógico-racional, mas sim no conhecimento introspectivo do eu empírico, na medida em que se observa, p.ex., que a impressão causada por um objeto nos afeta quando, além da ação do cérebro, a própria alma reage à impressão sensível, devendo-se entender, portanto, o sentir (*das Fühlen*) como um tipo de reação espiritual (1777, II, pp. 210-211). Além disso, é preciso atentar para o fato de que Tetens mostra-se ciente de que, em suas reflexões, a unidade substancial da alma não é em si mesma objeto da experiência, mas uma suposição admitida a partir da experiência, na medida em que a unidade do ‘eu psicológico’ – o eu que sente, pensa e quer – é um princípio empiricamente indispensável.³⁶ Portanto, em coerência com suas afirmações anteriores (ver

³⁶ Aqui, Tetens refere-se à unidade empírica do ‘eu psicológico’ discutida no quinto ensaio. Neste ensaio, em oposição a Hume, ele afirma que a unidade do ‘eu’ não resulta de uma mera ligação casual de representações por meio da ação da faculdade imaginativa, mas, ao contrário, é uma unidade imediatamente sentida e subjetivamente necessária. A este respeito, ele observa que as várias representações sensíveis do ‘eu’ são sempre sentidas como naturalmente inseparáveis, resultando disso a ideia de um todo – um sujeito –, em relação ao qual

2.2), o método introspectivo não oferece um conhecimento exaustivo sobre a essência última da alma ou o “eu incorpóreo”, ainda que ofereça um princípio empírico indubitável que serve de evidência a este respeito, como precisamente observam Dessoir (1964), Harms (1878) e Hauser (1994).

A partir disso, podemos compreender que, em um contexto comparável ao de 1760, Tetens considera o exame empírico das várias manifestações anímicas como o ponto de partida seguro para as reflexões sobre a essência da alma, limitando-se a destacar a plausibilidade da unidade substancial da alma a partir de suas investigações. Contudo, vale a pena ressaltar aqui que esta posição de Tetens sobre o conhecimento da natureza da alma não parece significar que sua conclusão é a única afirmação que nos é possível – como se as demais afirmações metafísicas sobre a essência da alma (p.ex., simplicidade, imortalidade, etc.) estivessem para além da esfera do entendimento humano. A este respeito, encontramos uma declaração bastante esclarecedora, quando Tetens afirma que não se deve abandonar a esperança de se alcançar um conhecimento certo das propriedades do mundo, da alma e de Deus através da razão, ou, no mínimo, um conhecimento muito provável – próximo de uma certeza – através de investigações empíricas futuras (Tetens, 1760, §36, pp. 63-64, §37, pp. 64-65, 1777, II, p. 213).

Por fim, concluímos nossa exposição da relação entre psicologia e filosofia em Tetens com a observação de que nossa análise fornece alguns subsídios para a afirmação de que, nos *Ensaio Filosóficos*, os elementos racionais e empíricos não são incompatíveis, mas partes distintas e complementares da investigação filosófica. Neste sentido, esperamos ter mostrado que a relação entre psicologia e filosofia deve ser compreendida sob dois ângulos. Por um lado, a psicologia empírica não remove ou substitui o conhecimento metafísico, mas, ao contrário, exerce um papel crucial na demonstração da sua legitimidade, ao fornecer uma investigação sobre a origem e a formação do conhecimento humano, e auxilia na sustentação de algumas reflexões sobre a natureza anímica, na medida em que concordam com a experiência. Por outro lado, uma vez que a psicologia empírica não é uma simplória enumeração e descrição de eventos particulares, ela requer o auxílio de conceitos racionais em seu método analítico de observação, a fim de estabelecer conceitos e princípios gerais.

as modificações anímicas particulares são sempre sentidas como seus traços salientes – suas qualidades. Como as representações sensíveis internas não são dadas isoladamente, mas sim em relação a esse “fundamento obscuro ou, no mínimo, pouco claro”, que é sempre o mesmo, Tetens afirma que está aqui a razão da identidade empírica do eu (Tetens, 1777/1913, pp. 391-395).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das obras que acreditamos ser significativas para uma interpretação sistemática do significado da psicologia empírica e da sua relação com a filosofia nos *Ensaaios Filosóficos* de Tetens, esperamos ter mostrado o lugar central que a psicologia empírica ocupa em relação às demais disciplinas filosóficas, quando se trata da legitimidade do conhecimento metafísico. Sobre este ponto, é válido ressaltar que, mesmo sem permitir determinar o pleno desenvolvimento do seu pensamento filosófico, acreditamos que a presente análise forneceu evidências importantes para a sustentação da tese de que há uma continuidade entre os *Ensaaios Filosóficos* e os escritos de 1760 e 1775, especialmente no que se refere à valorização do método analítico de observação, à fundamentação psicológica do sistema filosófico e ao estatuto da psicologia empírica como disciplina histórico-filosófica.

Ao longo do trabalho, também esperamos ter indicado que as mais reconhecidas e enfatizadas interpretações concernentes ao significado e à função da psicologia empírica nos *Ensaaios Filosóficos* – a saber, as que destacam unicamente a tripartição da alma, a primazia da introspecção ou ainda as influências e similaridades entre os *Ensaaios Filosóficos* e a *Crítica da Razão Pura* – produzem uma apreensão parcial e, às vezes, equivocada do pensamento de Tetens, por expõem alguns aspectos centrais de sua obra, sem que o contexto específico dos mesmos seja examinado. A este respeito, vimos que, sem atentar para a coerência interna dos *Ensaaios Filosóficos*, não é possível compreender que sua menção a três faculdades anímicas distintas – faculdades de sentir, pensar e querer – só faz sentido no interior das discussões sobre a força fundamental e o princípio de espontaneidade da alma. Também não se compreende que a ênfase sobre uma investigação psicológica rigorosa e autônoma não implica uma rejeição da análise racional. Além disso, sem considerar o empirismo alemão como uma tendência filosófica respeitável, os *Ensaaios Filosóficos* podem ser interpretados de modo impreciso e deslocados de seu contexto. Assim, como discutido no terceiro capítulo, quando se toma a filosofia kantiana como padrão para sua leitura, corre-se o risco de não distinguir devidamente o plano de análise psicológico do plano transcendental na investigação das condições necessárias de conhecimento humano.

No que diz respeito à afirmação tradicional de que o conhecimento psicológico não seria genuinamente científico – isto é, capaz de fazer experimentos e mensurações, estabelecer leis psíquicas, etc. – nem dissociado da filosofia antes do final do século XIX, esperamos ter oferecido algumas evidências significativas de que já no século XVIII a psicologia é descrita como um campo específico de conhecimento e de investigação empírica dos processos anímicos, embora ainda não seja uma disciplina separada da atividade filosófica. Neste sentido, alguns aspectos centrais da psicologia empírica de Tetens, analisados no segundo capítulo, mostram a especificidade do seu objeto e método, além de uma efetiva realização de auto-observações, experimentos, mensurações e elaboração de leis psicológicas.

Ainda em oposição à tese tradicional, que nos parece incorrer em uma simplificação e negligência do conhecimento psicológico presente no período anterior ao século XIX, pudemos constatar, através das várias referências presentes nas obras analisadas, a existência de distintas estratégias de investigação da natureza humana. No entanto, em função dos limites deste trabalho, restringimo-nos a algumas referências mais diretamente relacionadas à definição e à função da psicologia, como é o caso das reflexões de Leibniz e Wolff, além da referência metodológica de Locke. Com relação a estas decisivas influências das tradições filosóficas alemã e inglesa, esperamos ter mostrado que elas não comprometem a originalidade e autonomia das investigações psicológicas de Tetens, embora constituam sua base. Trata-se aqui de uma apropriação e uma síntese particular destas tradições, na medida em que Tetens as avalia como familiares e entende seus desacordos como resultantes de mal-entendidos, antes que de significativas contradições.

Por fim, cabe destacar que nossa pesquisa de modo algum oferece uma análise definitiva e completa de toda a discussão que Tetens oferece à temática analisada. Há pelo menos três limites importantes em nosso estudo. O primeiro se relaciona à determinação do significado das observações sobre o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da natureza humana nos *Ensaio Filosóficos*. Uma análise deste material forneceria um parâmetro para avaliar sua articulação com as investigações das faculdades anímicas e entender a relação das considerações psicológicas com as concernentes à filosofia prática, à antropologia e à biologia, que se apresentam articuladas neste ensaio dedicado ao desenvolvimento e aperfeiçoamento humano. O segundo limite diz respeito ao desenvolvimento de seu projeto de psicologia empírica. Trata-se de uma análise de maior fôlego, que requer o exame de toda a obra publicada de Tetens, inclusive do recém-descoberto manuscrito – *Vorlesung über Metaphysik* –, elaborado no fim de sua carreira acadêmica na Universidade de Kiel (1789),

mas ainda não editado. Este é um estudo de importância crucial para a tese aqui apresentada, uma vez que forneceria evidências textuais suficientes para a avaliação da continuidade ou ruptura no pensamento filosófico de Tetens. O terceiro refere-se aos experimentos sobre os processos sensório-perceptuais. Este limite parece ser inevitável, dada a possibilidade de os documentos concernentes à descrição dos procedimentos e instrumentos utilizados e dos resultados obtidos não existirem mais. Contudo, mesmo que se confirme esta possibilidade, ainda resta verificar a existência de descrições ou menções mais detalhadas a esses estudos experimentais nas demais obras de Tetens – tanto nas obras filosóficas e psicológicas que antecedem e sucedem a publicação dos *Ensaio Filosóficos* quanto nos seus escritos sobre física. Por si só, isso já seria suficiente para justificar a ampliação do presente estudo.

REFERÊNCIAS

- Apitzsch, A. (2010). *Die psychologischen Voraussetzungen der Erkenntniskritik Kants Dargestellt und auf ihre Abhängigkeit von der Psychologie Chr. Wolfs und Tetens' Geprüft. Nebst allgemeinen Erörterungen über Kants Ansicht von der Psychologie als Wissenschaft*. South Carolina: Nabu Press. (Trabalho original publicado em 1871).
- Araujo, S. F. & Pereira, T. C. (2010). A relação corpo-alma na metafísica alemã (1720) de Christian Wolff. *Memorandum*, 19, 101-114.
- Araujo, S. F. (2010). *O projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt: uma nova interpretação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Araujo, S. F. (2011). A questão da psicologia empírica no período pré-crítico: explicando uma ruptura no pensamento kantiano. *Kant e-Prints*, 6, 59-79.
- Araujo, S. F. (2012). O lugar de Christian Wolff na história da psicologia. In S. F. Araujo (Ed.), *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas* (pp. 67-86). Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Ash, M. G. (1980). Experimental psychology in Germany before 1914: Aspects of an academic identity problem. *Psychological Research*, 42, 75-86.
- Barnouw, J. (1979). The philosophical achievement and historical significance of Johann Nicolas Tetens. *Studies in Eighteenth Century Culture*, 9, 301-335.
- Barnouw, J. (1983). Psychologie empirique et épistémologie dans les «Philosophische Versuche» de Tetens. *Archives de Philosophie*, 46, 271-289.
- Beck, L. W. (1969). *Early German philosophy. Kant and his predecessors*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Bell, M. (2005). *The German tradition of psychology in literature and thought, 1700-1840*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Boring, E. (1950). *A history of experimental psychology*. 2nd ed. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Boring, E. (1953). A history of introspection. *Psychological Bulletin*, 50(3), 169-187.
- Brett, G. S. (1953). *History of psychology*. London: George Allen & Unwin. (Trabalho original publicado em 1921).
- Bunge, M. (1984). What is pseudoscience? *The Skeptical Inquirer*, 9, 36-46.

- Carus, F. A. (1808). *Geschichte der Psychologie*. Berlin: Springer
- Cassirer, E. (1997). *A filosofia do iluminismo* (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Unicamp. (Trabalho original publicado em 1932).
- Copleston, F. (1985). *A history of philosophy*. New York: Image Books.
- D'Arcy, P. (1768). Memoire sur la durée de la sensation de la vue. *Histoire de l'Académie Royale des Sciences avec les Mémoires de Mathématique e de Physique Année 1765*, 82, 439-451.
- Danziger, K. (1979). The social origins of modern psychology. In A. Buss (Ed.), *Psychology in the social context* (pp. 27-45). New York: Irvington Publishers.
- Danziger, K. (1980). The history of introspection reconsidered. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 16, 241-162.
- Dessoir, M. (1892). Des Nic. Tetens Stellung in der Geschichte der Philosophie. *Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie*, 16, 355-368.
- Dessoir, M. (1911). *Abriß einer Geschichte Psychologie*. Heidelberg: Carl Winter.
- Dessoir, M. (1964). *Geschichte der neueren deutschen Psychologie*. Band 1. Amsterdam: Bonset. (Trabalho original publicado em 1901).
- Eckardt, G., John, M., van Zantwijk, T. & Ziche, P. (2001). *Anthropologie und empirische Psychologie um 1800*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau.
- Fischer, K. P. (1975). John Locke in the German Enlightenment: An interpretation. *Journal of the History of Ideas*, 36(3), 431- 445.
- Fox, C. (1987). Defining eighteenth-century psychology: Some problems and perspectives. In C. Fox (Ed.), *Psychology and literature in the eighteenth century* (pp. 1-22). New York: AMS Press.
- Frank, M. (2002). *Selbstgefühl: eine historisch-systematische Erkundung*. Frankfurt von Main: Suhrkamp.
- Gay, P. (1995). *The Enlightenment: An interpretation*. New York: Norton & Company. (Trabalho original publicado em 1966).
- Goodwin, J. (2005). *História da psicologia moderna* (M. Rosas, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Gundlach, H. (2004). Reine Psychologie, angewandte Psychologie und die Institutionalisierung der Psychologie. *Zeitschrift für Psychologie*, 212(4), 183-184.
- Gundlach, H. (2006). Psychology as science and as discipline: The case of Germany. *Physis. Rivista internazionale di Storia della Scienza*, 43(12), 61-89.

- Hanson, N. (1962). A irrelevância da história da ciência para a filosofia da ciência. In M. Carrilho (Ed.), *Epistemologia: posições e críticas* (pp. 135-158). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Harms, F. (1878). *Ueber die Psychologie von Johann Nicolas Tetens*. Berlin: Dümmler.
- Hatfield, G. (1998). Kant and empirical psychology in the 18th century. *Psychological Science*, 9(6), 423-428.
- Hatfield, G. (2012). Psicologia, filosofia e ciência cognitiva: reflexões sobre a história e a filosofia da psicologia experimental. In S. F. Araujo (Org.), *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas* (pp. 224-258). Juiz de Fora: Ed. UFJF. (Trabalho original publicado em 2002).
- Hauser, C. (1994). *Selbstbewusstsein und personale Identität. Positionen und Aporien ihrer vorkantischen Geschichte Locke, Leibniz, Hume und Tetens*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog.
- Herrnstein, R. J. & Boring, E. (1971). *Textos básicos de história da psicologia* (D. M. Leite, Trad.). São Paulo: Herder. (Trabalho original publicado em 1965).
- Hilgard, E. (1980). The trilogy of mind: Cognition, affection, and conation. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 16, 107-117.
- Hothersall, D. (2006). *História da psicologia* (E. Pepe & E. Fittipaldi, Trad.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Jahnke, J. (1990). Psychologie im 18. Jahrhundert. Literaturbericht 1980 bis 1989. *Das achtzehnte Jahrhundert*, 14, 253-278.
- Jahnke, J. (2009). Neure Arbeiten zur Psychologie im 18. Jarhundert. Historiographische Probleme, Ergebnisse und Tendenzen. *Psychologie und Geschichte*, 2, 19-24.
- Kant, I (2007). Letter to Marcus Herz of April, 1778. In A. Zweig (Ed.), *Correspondence* (pp. 231-232). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kant, I. (2004). Dissertação de 1770. Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e inteligível (L. R. Santos, Trad.). In L. R. Santos & A. Marques (Org.). *Dissertação de 1770 e Carta a Marcus Herz*. Lisboa: Casa da Moeda. (Trabalho original publicado em 1770).
- Kant, I. (2001). *Crítica da razão pura* (A. F. Morujão & M. P. Santos, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1781/1787).
- Kitcher, P. (1990). *Kant's transcendental psychology*. Oxford: Oxford University Press.
- Kitcher, P. (2011). *Kant's thinker*. Oxford: Oxford University Press.
- Klein, D. B. (1970). *A history of scientific psychology. Its origins and philosophical backgrounds*. New York/London: Basic Books.

- Kragh, H. (1987). *An introduction to the historiography of science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kuehn, M. (1989). Hume and Tetens. *Hume Studies*, 15(2), 365-376.
- Kuehn, M. (2010). Tetens, Johann Nicolas (1736-1807). In H. F. Klemme & M. Kuehn (Eds.), *The dictionary of eighteenth-century German philosophers* (pp. 1163-1169). New York/London: Continuum.
- Kuhn, T. (1989). *A tensão essencial* (R. Pacheco, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).
- Lakatos, I. (1989). History of science and its rational constructions. In *Philosophical papers* (vol. I, pp. 102-138). Cambridge: CUP. (Trabalho original publicado em 1978).
- Leahey, T. H. (1992). *A history of psychology: Main currents in psychological thought*. Englewood, N.J: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1980).
- Leary, D.E. (1982). Immanuel Kant and the development of modern psychology. In W. R. Woodward & M. G. Asch (Eds.), *The problematic science. Psychology in nineteenth-century thought* (pp.17-42). New York: Praeger Publishers.
- Leibniz, G. W. (1980). *Novos ensaios sobre o entendimento humano* (L. J. Baraúna, Trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1765).
- Lindenberger, U. & Baltes, P. B. (1999). Die Entwicklungspsychologie der Lebensspanne (Lifespan-Psychologie): Johann Nicolaus Tetens (1736-1807) zu Ehren. *Zeitschrift für Psychologie*, 20, 299-323.
- Locke, J. (2010). *Ensaio sobre o entendimento humano* (E. A. de Soveral, Trad.). 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1690).
- Lorsch, J. (1906). *Die Lehre vom Gefühl bei Johann Nicolas Tetens*. Giesen: Münchow.
- Mendesssohn, M. (2009). Abhandlung über die Evidenz in Metaphysischen Wissenschaften. In C. Schulte, A. Kennecke & G. Jurewicz (Hrsg.). *Ausgewählte Werke: Schriften zu Aufklärung und Judentum*, Band 1. (pp. 273-319). Darmstadt: WBG. (Trabalho original publicado em 1764).
- Mensch, J. (2013). *Kant's organicism: epigenesis and the development of critical philosophy*. Chicago: University Chicago Press.
- Merton, T. (1990). Preface to reprint of „Science, technology and society in seventeenth-century England”. In I. B. Cohen (Ed.), *Puritanism and the rise of modern science: the Merton thesis* (pp. 305-321, 375-389). London: Rutgers University Press. (Trabalho original publicado em 1970).
- Müller-Brettel, M. & Dixon, R. A. (1990). Johann Nicolas Tetens: A forgotten father of developmental psychology? *International Journal of Behavioral Development*, 13(2), 215-230.

- Müller-Brettel, M. (1990). Lücken in der Psychologiegeschichte: das Beispiel J. N. Tetens. Eine Zitatanalyse. *Psychologie und Geschichte*, 2, 90-95.
- Pillsbury, W. B. (1929). *The history of psychology*. New York: Norton & Company.
- Puech, M. (1992). Tetens et la crise de la métaphysique allemande en 1775 (Über die allgemeine speculativische Philosophie). *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, 182(1), 3-29.
- Ramul, K. (1960). The problem of measurement in the psychology of the eighteenth century. *American Psychologist*, 15, 256-265.
- Richards, G. (1992). The absence of psychology in the eighteenth century: A linguistic perspective. *Studies in History and Philosophy of Science*, 23(2), 195-211.
- Richards, R. (1980). Christian Wolff's prolegomena to empirical and rational psychology: Translation and commentary. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 124(3), 227-239.
- Robinson, D. N. (1976). *An intellectual history of psychology*. New York: Macmillan.
- Rousseau, G. S. & Porter, R. (1980). *The ferment of knowledge. Studies in the historiography of eighteenth century sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sarton, G. (1948). *The life of science*. New York: Schuman. (Trabalho original publicado em 1916).
- Schlegel, W. (2010). *Johann Nikolas Tetens' Erkenntnistheorie*. South Carolina: Nabu Press. (Trabalho original publicado em 1885).
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2005). *História da psicologia moderna* (S. S. M. Cuccio, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning. (Trabalho original publicado em 1981).
- Schütz, C. G. (1771). Betrachtungen über die verschiedenen Methoden der Psychologie; nebst einem kritischen Auszug aus des Hrn. Abt von Condillac *Traité des sensations*. In C. Bonnet, *Analytischer Versuch über die Seelenkräfte* (pp. 187-288). Bremen/Leipzig: Johann Henrich Cramer.
- Sellhoff, M. (no prelo). *Tetens' Vorlesun über Metaphysik von 1789 und deren systematische Architetonik im 18. Jahrhundert*. Manuscrito submetido para publicação.
- Sommer, R. (1892). *Grundzüge einer Geschichte der deutschen Psychologie un Asthetik von Wolff-Baumgarten bis Kant-Schiller*. Würzburg: Stahel.
- Sturm, T. (2006). Is there a problem with mathematical psychology in the eighteenth century? A fresh look at Kant's old argument. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 42(4), 353-377.
- Sturm, T. (2009). *Kant und die Wissenschaften vom Menschen*. Paderborn: Mentis.

- Tetens, J. (1760). *Gedanken über einige Ursachen, warum in der Metaphysik nur wenige ausgemachte Wahrheiten sind*, Bützow und Wismar: Berger & Boedner.
- Tetens, J. N. (1777). *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung*. 2 vols. Leipzig: M. G. Weidmanns Erben und Reich.
- Tetens, J. N. (1913). *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung*. Vol 1. Berlin: Reuther & Reichard. (Trabalho original publicado em 1777).
- Tetens, J. N. (1913). *Über die allgemeine speculativische Philosophie*. Berlin: Reuther & Reichard. (Trabalho original publicado em 1775).
- Thiel, U. (1996). Between Wolff and Kant: Merian's theory of apperception. *Journal of the History of Philosophy*, 43(2), 213-232.
- Thiel, U. (1997). Varieties of inner sense: Two pre-kantian theories. *Archive für Geschichte der Philosophie*, 79, 58-79.
- Thiel, U. (1998). Locke and eighteenth-century materialist conceptions of personal identity. *Locke Newsletter*, 29, 59-83.
- Thiel, U. (2008). Self-consciousness and personal identity. In K. Haakonssen (Ed.), *The Cambridge history of eighteenth-century philosophy* (pp. 286-318). Cambridge: Cambridge University Press.
- Uebele W. (1911). *Johann Nicolaus Tetens, nach seiner Gesamtentwicklung betrachtet, mit besonderer Berücksichtigung des Verhältnisses zu Kant*. Berlin: Reuther & Reichard.
- Vidal, F. (2000a). La psychologie empirique et son historicisation pendant l'Aufklärung. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 2, 29-55.
- Vidal, F. (2000b). The eighteenth century as "century of psychology". *Annual Review of Law and Ethics*, 8, 407-434.
- Vidal, F. (2005). "A mais útil de todas as ciências". Configurações da psicologia desde o renascimento até o fim do Iluminismo. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. Leal & F. T. Portugal (Eds.), *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 47-73). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Vidal, F. (2006). *Les sciences de l'âme: XVIème-XVIIIème siècle*. Paris: Honoré Champion.
- Villa, G. (1903). *Contemporary psychology*. New York: Macmillan.
- Watkins, E. & Kuehn, M. (2009). *Kant's critique of pure reason: Background source of materials*. New York: Cambridge University Press.
- Wunderlich, F. (2005). *Kant und die Bewußtseinstheorien des 18. Jahrhunderts*. Berlin: Walter de Gruyter.

Zammito, J. H. (2002). *Kant, Herder and the birth of anthropology*. Chicago: University of Chicago Press.

Zergiebel, K. (1912). Tetens und sein System der Psychologie. *Zeitschrift für Philosophie und Pädagogik*, 19, 273-279; 321-326.

Zöller, G. (1998). Tetens, Johann Nicolaus (1736-1807). In E. Craig (Ed.), *Routledge encyclopedia of philosophy* (pp. 319-322). London and New York: Routledge.